

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
1ª-Vice-Presidente: deputada Leninha – PT
2º-Vice-Presidente: deputado Duarte Bechir – PSD
3º-Vice-Presidente: deputado Betinho Pinto Coelho – PV
1º-Secretário: deputado Antonio Carlos Arantes – PL
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado João Vítor Xavier – Cidadania

SUMÁRIO

1 – ATA

1.1 – 10ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura

2 – LEITURA DE COMUNICAÇÕES

3 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

4 – ERRATAS



ATA

ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 20ª LEGISLATURA, EM 1º/3/2023

Presidência da Deputada Leninha

Sumário: Comparecimento – Abertura – 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata – Correspondência: Ofício – 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei n°s 69, 86 a 88 e 90/2023; Requerimentos n°s 25, 340, 342, 343, 347 a 366 e 368 a 370/2023 – Oradores Inscritos: Discursos dos deputados Eduardo Azevedo e Ricardo Campos, da deputada Beatriz Cerqueira e dos deputados Leleco Pimentel e Caporezzo; Questão de Ordem; discurso do deputado Betão; Questão de Ordem – 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições – Despacho de Requerimentos: Requerimento n° 25/2023; deferimento – Decisão da Presidência – Questões de Ordem; discurso da deputada Bella Gonçalves; Questões de Ordem – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem as deputadas e os deputados:

Leninha – Betinho Pinto Coelho – Antonio Carlos Arantes – Adriano Alvarenga – Alê Portela – Ana Paula Siqueira – Andréia de Jesus – Arnaldo Silva – Beatriz Cerqueira – Bella Gonçalves – Betão – Bim da Ambulância – Bosco – Caporezzo – Carlos Henrique – Cassio Soares – Celinho Sintrocel – Charles Santos – Chiara Biondini – Coronel Henrique – Coronel Sandro – Delegado Christiano Xavier – Doorgal Andrada – Douglas Melo – Doutor Jean Freire – Doutor Wilson Batista – Dr. Maurício – Eduardo Azevedo – Elismar Prado – Enes Cândido – Fábio Avelar – Gil Pereira – Grego da Fundação – Gustavo Valadares – Ione Pinheiro – Leandro Genaro – Leleco Pimentel – Lohanna – Lucas Lasmar – Lud Falcão – Macaé Evaristo – Maria Clara Marra – Mário Henrique Caixa – Marli Ribeiro – Marquinho Lemos – Mauro Tramonte – Nayara Rocha – Oscar Teixeira – Professor Cleiton – Professor Wendel Mesquita – Rafael Martins – Ricardo Campos – Roberto Andrade – Rodrigo Lopes – Sargento Rodrigues – Tito Torres – Ulysses Gomes – Vitório Júnior – Zé Guilherme.

Abertura

A presidente (deputada Leninha) – Às 14h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte**1ª Fase (Expediente)****Ata**

– A deputada Nayara Rocha, 2ª-secretária *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

– O deputado Dr. Maurício, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

OFÍCIO

Do Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Minas Gerais, encaminhando reclamação a respeito de possível infração ao princípio da isonomia em processo seletivo do Transforma Minas da Emater-MG.

2ª Fase (Grande Expediente)**Apresentação de Proposições**

A presidente – A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

– Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 69/2023

Estabelece critérios para aumento da tarifa de transporte público das regiões metropolitanas do Estado e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Os aumentos da tarifa de transporte público das regiões metropolitanas no âmbito do Estado só poderão ser implementados após:

I – realização de debate público na Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – ALMG – e emissão de relatório com parecer favorável ao aumento;

II – apresentação, por parte das empresas envolvidas, de planilha de custos atualizada que justifique o aumento.

§ 1º – Em caso de real necessidade do aumento, este só poderá entrar em vigor após o quinto dia útil do mês subsequente, respeitado o prazo de trinta dias contados a partir da entrega do relatório da comissão a que se refere o inciso I, com parecer favorável ao aumento.

§ 2º – A Comissão de Participação Popular da ALMG deverá emitir parecer no prazo de vinte dias após a realização do debate público.

Art. 2º – Sendo o parecer a que se refere o inciso I do art. 1º contrário ao aumento das passagens, poderão as empresas envolvidas apresentar outros documentos que julgarem necessários, a fim de demonstrar a necessidade do aumento.

Parágrafo único – A Comissão de Participação Popular da ALMG deverá realizar novas discussões em caso de apresentação de novos documentos.

Art. 3º – Poderá a Comissão de Participação Popular da ALMG, a fim de obter subsídios para a elaboração do relatório a que se refere o inciso I do art. 1º:

I – requisitar documentos e depoimentos, bem como realizar outros atos necessários à emissão do relatório do debate público, objetivando fundamentar tal relatório;

II – elaborar condicionantes que visem aperfeiçoar a qualidade do transporte público;

III – realizar o debate público de forma articulada com a elaboração ou a revisão do Plano Plurianual de Ação Governamental – PPAG.

Art. 4º – A inobservância do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis às sanções previstas na Lei Federal nº 8.429, de 2/6/1992.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor sessenta dias após a data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Doutor Jean Freire (PT)

Justificação: É cediço que as tarifas de transporte público nas regiões metropolitanas são reajustadas constantemente. Hoje existem diversos grupos sociais que se debruçam sobre essa matéria, e é importante ouvi-los nos processos de tomada de decisão sobre os referidos reajustes.

Assim sendo, esta proposição visa garantir maior participação popular nos processos decisórios relacionados com o aumento das tarifas de transporte público, a fim de resguardar os direitos dos usuários.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, de Transporte, de Defesa do Consumidor e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 86/2023

Dispõe sobre a emissão de contracheque em formato acessível para os servidores públicos do Estado com deficiência visual.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O Estado, mediante requerimento, disponibilizará para os servidores públicos estaduais com deficiência visual contracheque em formato acessível.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de janeiro de 2023.

Grego da Fundação (PMN)

Justificação: A proposição tem por finalidade obrigar o Estado a emitir contracheques em formato acessível para os servidores públicos estaduais com deficiência visual.

Trata, em verdade, de garantir àquele com deficiência visual o recebimento de seu contracheque em formato adequado às suas necessidades, de forma a dar concretude a integração social da pessoa com deficiência e assegurar-lhe o pleno exercício do direito à informação. Pelo exposto, conto com o apoio dos nobres pares na aprovação do projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, da Pessoa com Deficiência e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 87/2023

Institui a Política Estadual de Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a política de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar nos estabelecimentos de educação básica da rede pública estadual.

Parágrafo único – A política de que trata esta lei será executada por meio da articulação intersetorial entre os órgãos do Poder Executivo responsáveis pelas políticas públicas de educação, saúde, trabalho, cultura, assistência social e por outras políticas que possam contribuir para o êxito das ações de prevenção e combate ao abandono e à evasão escolar, nos termos de regulamento.

Art. 2º – Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – abandono escolar a situação do aluno que deixou de frequentar a escola onde estava matriculado, com interrupção dos estudos por infrequência no ano letivo;

II – evasão escolar a situação do aluno que, tendo sido aprovado ou reprovado no ano anterior, não efetuou a matrícula para dar continuidade aos estudos no ano seguinte.

Art. 3º – Na implementação da política de que trata esta lei, serão observadas as seguintes diretrizes:

I – identificação das condições geradoras da perda de vínculo do aluno com a escola e dos mecanismos para auxiliar na sua prevenção, de maneira a direcionar a atuação dos estabelecimentos de ensino na prevenção e no combate ao abandono e à evasão escolar;

II – levantamento e consolidação de informações estatísticas relativas ao abandono, à infrequência, à reprovação e à evasão e de outras informações relacionadas com o fluxo e o rendimento escolar, a fim de subsidiar políticas públicas efetivas de enfrentamento dos problemas relacionados a essas ocorrências na rede estadual de ensino;

III – consideração das necessidades do aluno em função de sua realidade social e familiar, como estratégia prioritária de proteção ao direito à educação dos públicos vulneráveis, de forma a assegurar a equidade na oferta de educação.

Art. 4º – São instrumentos da política de que trata esta lei:

I – implementação de programas e ações de duração continuada que visem ao desenvolvimento cognitivo e das competências intelectuais e socioemocionais do aluno;

II – incentivo a atividades escolares voltadas para a formação para a cidadania e para o mundo do trabalho e que possibilitem ao aluno o autoconhecimento e a reflexão sobre suas aspirações para o futuro e suas possibilidades acadêmicas e profissionais;

III – expansão do número de escolas que ofereçam a modalidade de educação em tempo integral, conforme o perfil dos educandos e das comunidades e as escolhas dos alunos e suas famílias em cada estabelecimento de ensino;

IV – manutenção de programas e ações suplementares, em parceria com os órgãos públicos competentes, de assistência ao aluno em situação de vulnerabilidade social, de forma a aprimorar suas condições de permanência na escola;

V – incentivo à aproximação da família do aluno de suas atividades escolares, de seus projetos futuros e de seu ambiente estudantil, observado o disposto na Lei nº 22.461, de 23 de dezembro de 2016;

VI – oferta de atividades que promovam a aproximação entre os alunos e estreitem seus vínculos, por meio do estímulo à formação de grêmios e de grupos esportivos, culturais e de estudos, respeitando-se a autonomia dos estudantes na condução das atividades;

VII – previsão, no projeto político-pedagógico da escola, da oferta de atividades que promovam a iniciação científica de adolescentes e jovens, por meio da participação em projetos de pesquisa, em parceria com instituições públicas de ensino superior e de pesquisa;

VIII – promoção da busca ativa de crianças, adolescentes e jovens fora da escola, nos termos da Lei nº 23.197, de 26 de dezembro de 2018;

IX – oferta de aulas de reforço dos conteúdos curriculares para os alunos com dificuldades de aprendizagem;

X – adoção de estratégias de prevenção e enfrentamento das diversas formas de violência física ou psicológica que possam ocorrer no ambiente escolar, incluindo o bullying e o assédio moral, observado o disposto na Lei nº 23.366, de 25 de julho de 2019.

Parágrafo único – Na escola onde for implementado o ensino médio integral deverá ser igualmente garantida a oferta de ensino médio regular, conforme a necessidade da comunidade e solicitação do colegiado escolar.

Art. 5º – A política de que trata esta lei será objeto de avaliação contínua por parte dos órgãos competentes do Poder Executivo, nos termos de regulamento.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 1º de fevereiro de 2023.

Lud Falcão (Pode)

Justificação: Continuamos a lutar contra os efeitos da pandemia de covid-19 em nosso Estado, sendo um dos mais nocivos o grande número de crianças e jovens fora da escola, seja por abandono ou evasão escolar. Com esse projeto buscamos reforçar a capacidade de nosso sistema de ensino em atrair e fixar o jovem na escola, como um espaço seguro de desenvolvimento humano de forma completa. É imperioso educar nossas crianças e jovens em um espaço acolhedor e estimulante, capaz de transformar vidas pelo conhecimento e experiências de vida. Nesse sentido, conto como o apoio dos colegas na aprovação dessa proposição.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Educação para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 88/2023

Dispõe sobre a obrigatoriedade das unidades de saúde que atendam pessoas com câncer a informar, divulgar e orientar os pacientes e seus familiares sobre os direitos sociais das pessoas com câncer, no âmbito do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – As Unidades de Assistência de Alta Complexidade – Unacon –, Centros de Assistência de Alta Complexidade em Oncologia – Cacon –, Centros de Diagnósticos e demais Unidades Hospitalares do Estado de Minas Gerais que atendam pacientes diagnosticados com câncer ficam obrigados a informar, orientar e esclarecer os pacientes e suas famílias quanto aos direitos sociais da pessoa com câncer.

Parágrafo único – As informações e esclarecimentos a que se referem o *caput* devem ser prestados por profissionais capacitados e com conhecimento atualizado das legislações federal e estadual relativas aos direitos da pessoa com câncer.

Art. 2º – Os estabelecimentos de saúde referidos no artigo 1º deverão afixar cartaz em local visível que enumere, ao menos, os seguintes direitos, garantias e benefícios dos pacientes diagnosticados com câncer:

I – aposentadoria por invalidez;

II – auxílio-doença;

III – isenção de Imposto de Renda – IR – nos proventos de aposentadoria;

IV – isenção de Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS – na aquisição de veículos adaptados;

V – isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA – para veículos adaptados;

VI – isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI – na compra de veículos adaptados;

VII – quitação de financiamento da casa própria;

VIII – saques junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

IX – saques junto ao Programa de Integração Social/Programa de Assistência ao Servidor Público – PIS/PASEP;

X – cirurgia plástica reparadora da mama;

XI – concessão de renda mensal vitalícia;

XII – andamento processual prioritário no Poder Judiciário;

XIII – preferência junto ao serviço de atendimento ao consumidor – SAC;

XIV – fornecimento de remédios pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 30 de janeiro de 2023.

Doutor Jean Freire (PT)

– Semelhante proposição foi apresentada anteriormente pelo deputado Alencar da Silveira Jr. Anexe-se ao Projeto de Lei nº 1.551/2020, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 90/2023

Institui a Campanha Permanente de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos no âmbito do Estado de Minas Gerais.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Campanha Permanente de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos no âmbito do Estado, na forma estabelecida nesta lei.

Art. 2º – A Campanha Permanente de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos no âmbito do Estado será implementada por meio das seguintes ações, sem prejuízo de outras estipuladas em decreto:

I – propagandas de cunho educativo, inseridas nos veículos de comunicação em geral;

II – inclusão de atividades educativas e informativas no âmbito da rede pública de ensino do Estado;

III – inclusão de atividades educativas e informativas nas unidades básicas de saúde, hospitais, e demais órgãos públicos;

IV – parcerias com municípios ou outros entes públicos ou privados para informar a população de maneira a desenvolver a consciência sobre a necessidade da doação de órgãos.

Art. 3º – Decreto estabelecerá os critérios para a instalação e manutenção da Campanha Permanente de Esclarecimentos e Incentivo à Doação de Órgãos no Estado no prazo de noventa dias.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 31 de janeiro de 2023.

Grego da Fundação (PMN)

Justificação: A proposição tem por objetivo instituir no Estado a Campanha Permanente de Esclarecimento e Incentivo à Doação de Órgãos. Não restam dúvidas que incentivar a doação de órgãos é salvar vidas. Doar órgãos é um exemplo de solidariedade, um ato de amor extremo e de enorme respeito pela vida. Muitas vezes, por falta de informações ou de esclarecimentos, as pessoas acabam decidindo não fazer uma doação de órgãos e, uma campanha permanente de esclarecimentos e incentivo à doação de órgãos, pode contribuir para desenvolver a conscientização sobre a importância do gesto.

Pelo exposto e relevância do tema, contamos com o apoio dos nobres pares na aprovação do projeto de lei.

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Saúde para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 25/2023, do deputado Lucas Lasmar, em que requer o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 67/2021, do deputado Sávio Souza Cruz.

Nº 340/2023, do deputado João Vítor Xavier, em que requer seja formulado voto de congratulações com a Sra. Nicoletta Gomiero pela posse no cargo de cônsul da Itália em Belo Horizonte. (– À Comissão de Desenvolvimento Econômico.)

Nº 342/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações os policiais civis da Delegacia Estadual de Combate ao Narcotráfico – Denarc – que participaram da operação que resultou na apreensão de cerca de duas toneladas de maconha, no dia 16/2/2023, em um caminhão frigorífico no Bairro Goiânia, região Nordeste de Belo Horizonte, e na prisão de quatro suspeitos em flagrante. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 343/2023, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que participaram de operação de cumprimento de mandados de busca e apreensão em vários pontos da cidade de Viçosa, no dia 16/2/2023, que culminou na apreensão de vasta quantidade de drogas ilícitas, principalmente maconha e *skank*, e de quatro veículos, sendo três clonados, e na prisão dos suspeitos, que foram encaminhados para a delegacia local. (– À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 347/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Conceição da Barra de Minas pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 348/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Conceição das Pedras pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 349/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ibituruna pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 350/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Marmelópolis pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 351/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Olaria pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 352/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Olímpio Noronha pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 353/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Piranguçu pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 354/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de São Bento Abade pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 355/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de São Thomé das Letras pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 356/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Ijaci pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 357/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Pedro Teixeira pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 358/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Florestal pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 359/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Camacho pelo 60º aniversário desse município. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 360/2023, do deputado Duarte Bechir, em que requer seja formulado voto de congratulações com o Município de Aguanil por seu 60º aniversário. (– À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 361/2023, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a construção da terceira faixa na MG-188, do Km 292,4 ao Km 294, trecho entre o acesso à Rodovia MGC-354 (acesso ao Município de Vazante) e a cidade de Coromandel, próximo à região conhecida como Chapadão Pau-Terra. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 362/2023, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a recuperação da ponte sobre o Rio Escuro, na LMG-706, no Município de Vazante. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 363/2023, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para que seja providenciada a substituição de ponte sobre o Ribeirão Córrego do Engenho Velho na Rodovia LMG-690, no Município de Paracatu. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 364/2023, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a execução da duplicação da MG-188 no trecho compreendido entre o setor industrial, no Km 157, até a rotatória para Paracatu, no Km 170,4. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 365/2023, da deputada Marli Ribeiro, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DER-MG – pedido de providências para a efetivação da pavimentação da LMG-706, que liga o Município de Vazante à Rodovia BR-040. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 366/2023, da deputada Leninha, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado, ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e ao secretário de Estado de Governo pedido de informações sobre as exonerações de profissionais realizadas na Companhia de Dança do Palácio das Artes bem como na Rádio Inconfidência, pelo governo do Estado, sem qualquer motivação aparente. (– À Mesa da Assembleia.)

Nº 368/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Queila Ariadne por compor a lista das jornalistas mais premiadas da história do Brasil, bem como por fazer parte do grupo de jornalistas que mais tiveram matérias reconhecidas no Brasil em 2022, conforme lista feita pela portal Jornalistas e Cia. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 369/2023, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja formulado voto de congratulações com Tatiana Lagôa por compor a lista das jornalistas mais premiadas da história do Brasil, bem como por fazer parte do grupo de jornalistas que mais tiveram matérias reconhecidas no Brasil em 2022, conforme lista feita pelo portal Jornalistas e Cia. (– À Comissão de Transporte.)

Nº 370/2023, do deputado Fábio Avelar, em que requer seja formulado voto de congratulações com os atletas e integrantes da Federação Mineira de Handebol – FMH – pela comemoração do Dia do Handebol, em 26 de fevereiro. (– À Comissão de Esporte.)

Oradores Inscritos

O deputado Eduardo Azevedo – Boa tarde, Sra. Presidente Leninha, na pessoa de quem também cumprimento os demais deputados presentes; boa tarde a todos que nos acompanham pela TV Assembleia.

É um prazer, mais uma vez, estarmos aqui, na tribuna, para falarmos a respeito de um tema muito importante: hoje já podemos nos intitular como membros da Comissão de Segurança Pública aqui da Casa, onde eu vou ter a satisfação de trabalhar com uma pessoa muito experiente, o Sargento Rodrigues, e outros deputados também dessa linha. Juntos nós trabalharemos para que Minas Gerais continue tendo como referência a segurança pública, que é destaque em todo o âmbito nacional. Por que eu falo isso? Porque, quando nós analisamos os números economicamente hoje, Minas Gerais é um estado muito ativo. Minas Gerais hoje desponta no ranking dentre os três estados que mais se desenvolvem no País. Mas isso não vem simplesmente por acaso, isso vem justamente através de uma somatória de esforços, somatória de esforços que inclui a segurança pública. Por que isso? Porque, quando o investidor, quando o empresário vai colocar a sua empresa, o seu empreendimento dentro de um estado, com certeza ele olhará a questão dos índices de segurança pública. E Minas Gerais hoje se tornou referência nacional por isso, justamente pelo trabalho que tem sido feito pela Secretaria de Segurança Pública, onde hoje nós tivemos a grata satisfação de estar, na Cidade Administrativa, entregando mais de 130 viaturas para a Polícia Civil. Essa iniciativa veio de emenda parlamentar do Senado, do ex-senador Alexandre Silveira, juntamente com o governador de Minas, que colocou esse maquinário à disposição da Polícia Civil.

Mas eu quero aqui aproveitar, dentro do contexto, para falar que não adianta a gente só colocar o maquinário à disposição da segurança pública. Quando eu falo “segurança pública”, não estou falando só da Polícia Civil, porque hoje em especial foi pela Polícia Civil, mas eu falo também da Polícia Penal e da Polícia Militar, que precisam, sim, ter representatividade, ter voz ativa aqui, dentro desta Casa, como sempre tiveram e sei que vão continuar tendo. Por que eu digo isso? Porque hoje a gente sabe da defasagem de mão de obra nos três segmentos públicos, inclusive foi falado isso hoje de manhã, e nós precisamos lutar para que as vagas de concurso possam ser preenchidas e realocadas nos seus devidos locais justamente na Polícia Civil, onde há uma defasagem muito grande de mão de obra, assim como na Polícia Penal e na Polícia Militar. Então nós vamos trabalhar junto com o governo do Estado para poder trazer, através de emenda parlamentar, equipamento, viatura e estrutura para as delegacias, para os quartéis, para que os militares, os policiais civis possam trabalhar. Mas, além disso, precisamos trabalhar junto com o governo também para que as pessoas que estão de fora, que ainda não foram contratadas, esses excedentes possam ser contratados, porque não adianta nada nós usufruirmos de suporte, mas não termos mão de obra, e essa mão de obra precisa ser realocada, e nós vamos trabalhar sempre para isso.

Eu quero aproveitar aqui e já falar a respeito de um problema, mudando de assunto, um problema recorrente que tem acontecido em Divinópolis e tem sido palco de muitos questionamentos. É a questão da Copasa lá, a falta d'água. Hoje, às 16 horas, nós temos uma reunião com o presidente da Copasa, o Guilherme, e vamos cobrar dele um posicionamento, porque uma cidade com o porte de Divinópolis ficar na situação em que está, sem água, é inadmissível, e nós não vamos aceitar. Portanto a gente já está à frente disso aí. Essa reunião já estava pré-agendada há muito tempo, mas agora, com essa calamidade chegando nessa situação, só trazendo aqui uma satisfação a toda população de Divinópolis, nós estamos, sim, trabalhando e trabalhando muito para que a Copasa possa prestar um serviço de qualidade para vocês.

Bom, eu vou falar agora de um tema que nós podemos dizer que é um sentimento ruim. Quem já se sentiu traído? A traição fere, é invasiva. Por que eu estou falando isso? Porque o nosso então presidente é um traidor. Por que ele é um traidor? Porque ele traiu justamente a população mais pobre. Mas por que você está falando isso: “Lula, você é um traidor e traiu a população mais pobre.”? Sabe por quê? Porque, durante a sua campanha, você prometeu, prometeu ser o pai dos pobres. Porém, você não é o pai dos

pobres. Sabe por quê? Olhem aqui: “Haddad anuncia aumento de R\$0,47 na gasolina e de R\$0,02 no etanol”. Quando a gente pega os números, 47% de aumento na gasolina dão quase 10% do preço que estava sendo pago no governo Bolsonaro.

Agora eu quero perguntar para você o seguinte, Lula: você falou que ia dar picanha para o povo e, em menos de dois meses de governo, a picanha que você dá para o povo é justamente o aumento no combustível. Ai as pessoas que estão nos acompanhando podem falar assim: “Mas o que tem a ver o aumento do combustível com a minha vida?”. Tem tudo a ver com a sua vida, sabe por quê? Porque quando aquele senhor da mercearia lá da esquina vai fazer entrega na sua casa o preço final vai ser influenciado por causa do aumento da gasolina. Então como você se intitula o pai dos pobres, promete na campanha que vai dar cerveja e picanha para todo mundo e depois tem a coragem de dar um aumento miserável no salário mínimo de apenas R\$20,00? Eu acho que a única coisa que a pessoa vai conseguir comprar com R\$20,00 são três mijos de picanha, porque a picanha vai passar longe. Agora, logo agora, no dia 1º de março, você chega e aumenta o combustível em quase 10% justamente para aquela população mais sofrida, e você se intitula o pai dos pobres. Portanto, Lula, eu quero dizer para você o seguinte: você não passa de um baita traidor.

Continuando aqui nessa questão sobre a qual o pessoal sempre gosta de falar e criticar, foi dito aqui na reunião de ontem que o Cleitinho não tem feito nada, tem sido um senador “tiktok”, não tem feito nada para Divinópolis, não tem feito nada para a região. Mas deixem eu falar para vocês aqui o seguinte: quando o Cleitinho estava aqui, nesta Casa, pelo que ele mais lutava era reduzir imposto, muito contrário do que hoje o pessoal que defende o Lula está trabalhando, que é aumentar imposto.

Então a gente segue firme aí. Pode continuar fazendo os vídeos no TikTok. Enquanto faz os vídeos no TikTok vai baixando imposto. É isso que vai gerar impacto na população. É isso que o povo espera: um Estado menos inchado, um Estado mais eficiente, ao contrário do que a turma sempre prega, que é exonerar e fazer com que o cidadão pague o preço final. Obrigado, presidente.

O deputado Ricardo Campos – Boa tarde, Exma. Presidenta, companheira Leninha; boa tarde, deputadas; boa tarde, deputados. Uma saudação a todos os nossos parlamentares aqui presentes e a toda a população que nos acompanha pela TV Assembleia.

Como tenho dito na tribuna, nos últimos dias, um dos nossos papéis aqui será o de trazer a verdade, o de trazer a toda população mineira as ações que já têm sido feitas nesses últimos 60 dias pelo governo do presidente Lula. É com alegria que, na última segunda-feira, todos nós, parlamentares do Bloco Democracia e Luta, estivemos em Brasília cumprindo o nosso trabalho extra-Plenário e gastando a sola de sapato para buscarmos recursos, para buscarmos programas e ações que visam melhorar a vida do povo mineiro; além disso, estivemos com o Paulo Teixeira, nosso ministro do Desenvolvimento Agrário. Pudemos apresentar os problemas que foram vividos pela população brasileira, em especial, pelo agricultor familiar, pela agricultora familiar, nos últimos anos. Um problema simples do ponto de vista de informática, mas drástico do ponto de vista da vida do cidadão, que era o problema do CAF. Graças ao presidente Lula, o nosso ministro anunciou a desburocratização do Cadastro do Agricultor Familiar. E mais ainda: aquele sistema lento, burocrático, que não possibilitava ao agricultor familiar ter acesso ao seu direito garantido para que, com isso, pudesse acessar programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos e o Pronaf, foi solucionado pelo nosso ministério. Foi prorrogada o antigo DAP e o CAF para todos os agricultores familiares por mais um ano.

Isso aí, companheira Leninha, traz ao nosso agricultor familiar a certeza de poder ter acesso aos créditos e aos programas para que possam desenvolver a agricultura em seu município. E mais ainda: tivemos a boa notícia também da retomada do Programa de Aquisição de Alimentos, programa esse que gerou emprego e renda para mais de 15 milhões de agricultores familiares, durante os governos do presidente Lula e da presidenta Dilma. Agora nós vimos um desmonte do Estado nos últimos anos, um desmonte da União em que um programa que executava R\$580.000.000,00 por ano, até em 2016, e tivemos a bagatela de apenas R\$89.000,00 executados para garantir ao agricultor familiar acesso a um programa que leva comida saudável para as mesas dos brasileiros. O programa lançado agora irá contemplar, em sua totalidade, parcela significativa dos agricultores e das agricultoras de todo o Brasil, do

nosso Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri e, mais ainda, de, forma robusta, em que o agricultor familiar poderá vender o seu alimento produzido a preço de mercado local, a preço justo. Isso vai garantir mais independência financeira e dinheiro nos bolsos.

Falando também das nossas agendas em Brasília, eu destaco aqui uma agenda importantíssima que nós cumprimos, no Ministério do Desenvolvimento Social, onde fomos recebidos pelo ministro Wellington Dias e pelo nosso grande amigo André Quintão, secretário Nacional de Assistência Social – Suas –, que aqui esteve por 20 anos. E lá nós tivemos muitas boas notícias, como a notícia da retomada de programas que vão garantir a permanência do homem do campo, uma melhoria na qualidade de vida do povo do nosso semiárido, do Norte de Minas, do Jequitinhonha e do Mucuri e o enfrentamento à pobreza. A retomada do Consea, ou seja, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, é a retomada de políticas que desenvolvam a saúde da nossa população. Quando eu digo isso, é com alegria que falo que o governo federal aportará recursos para a continuidade e a afirmação do programa Leite pela Vida. Esse programa gerará mais de 10 mil empregos e renda aos agricultores de nossa região e, mais ainda, possibilitará que mais de 80 mil crianças e pessoas vulneráveis nutricionalmente possam ter o leite sagrado em sua casa.

Quero aqui chamar a atenção para o governo do Estado. O Idene, instituto no qual eu tive a oportunidade de estar como diretor, por alguns anos, tem direito em caixa, tem capacidade operacional de gerir esse programa para o Norte de Minas, para o Jequitinhonha e o Mucuri, mas o que temos visto é pouca articulação para que o programa realmente estabeleça o atendimento às famílias que mais precisam. Então, quero pedir aqui ao nobre governador que olhe para a nossa região, olhe as condições de vulnerabilidade social que o nosso povo enfrenta e faça com que esse programa, que está sendo apelidado de Leite Minas, mas que é o Leite pela Vida, possa chegar à casa das famílias que mais precisam desse bem tão precioso.

Por fim, quero falar também dessa importante agenda, no Ministério do Desenvolvimento Social, em que tivemos a alegria de saber que o programa das barraginhas, o programa das cisternas, que trazem inclusão social, inclusão produtiva, será retomado em breve pelo nosso governo, gerando condição de vida melhor para o nosso povo. Estaremos aqui vigilantes, combativos e sempre solicitando para que o governo do Estado cumpra com a sua obrigação e aporte recursos do Estado também para essa importante iniciativa, que é promover o acesso à água pelas famílias de baixa renda da região do semiárido.

Com todas essas boas notícias e com tantas outras que nós temos para anunciar, nós vemos que, com apenas 60 dias do governo do presidente Lula, muito mais já foi feito do que nos últimos anos, desde o golpe implantado à presidente Dilma.

Queria também, prezados deputados e deputadas, anunciar um pouco da nossa participação legislativa, nesta Casa, onde a partir de hoje estaremos integrando várias comissões que darão sustentação ao trabalho de Plenário dos novos parlamentares e trará a voz da sociedade mineira para este Parlamento. É com muita alegria que estarei participando da Comissão de Participação Popular juntamente com valorosos companheiros, como o deputado Marquinho Lemos, o deputado Leleco e o deputado Doutor Jean. Esperamos ali fazer com que a sociedade mineira tenha vez e voz, trazendo os seus anseios e as suas representações para que nós possamos trazer para este Parlamento.

Na Comissão de Participação Popular, pretendo trabalhar para garantir a voz, para garantir que a sociedade encontre a sua voz, para que ela possa estabelecer com os novos parlamentares aqui, na Assembleia, a defesa dos seus direitos e, principalmente, trabalhar no acolhimento das propostas e dos projetos apresentados pelo nosso povo. A Comissão de Participação Popular, que tem sido fundamental na discussão da tragédia-crime de Mariana, da tragédia-crime de Brumadinho, tem tido um trabalho muito significativo, deputado Marquinho Lemos, na execução de políticas orçamentárias, que sequer eram olhadas antes pelo nosso estado. Nós sabemos que grande parte desse trabalho vem sendo desenvolvido pelo nobre colega, juntamente com o ex-deputado Virgílio Guimarães, na legislatura passada. Nós esperamos poder honrar, Marquinho, com muito esforço, com muito afinco, esse trabalho da comissão, para representar os anseios do nosso povo. Acolher os protestos, os movimentos e as propostas de todo cidadão que se sente representado pelo Parlamento será uma das nossas missões. Eu sei muito bem que, além disso, nós teremos aqui o papel de fazer a

discussão das Minas Gerais que nós queremos para o futuro, das Minas Gerais que nós queremos para o mineiro que realmente sonha em ver uma assembleia representativa, portanto, representando o povo.

Quero também informar a toda população mineira, a nossa sociedade norte-mineira do Jequitinhonha e do Mucuri e aos nobres colegas que estaremos também integrando as Comissões de Minas e Energia e de Assuntos Municipais, onde nós poderemos trazer o debate da mineração que nós queremos no Estado, da mineração sustentável, defendida pelo nosso governo do presidente Lula e por aqueles que acreditam que é possível fazer uma mineração baseada no respeito à ecologia, no respeito à natureza, mas também pensando no desenvolvimento sustentável do nosso povo e do nosso estado.

Por fim, quero aqui também reafirmar o nosso compromisso de sermos vigilantes dos municípios, de estarmos juntos na Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, tratando para que os nossos deputados, nossos nobres colegas possam passar a olhar a demanda política não meramente como eleitoreira, mas como de desenvolvimento de nossas regiões, e que nós possamos tratar os assuntos que garantirão um desenvolvimento mais justo, mais igualitário, com mais equidade para todo o Estado de Minas Gerais, a partir das nossas propostas a serem apresentadas pela Comissão de Assuntos Municipais.

Lá, companheira Macaé, discutiremos uma proposta vinda da nossa companheira prefeita Marília Campos, do nosso companheiro prefeito Danilo Veloso, de São João da Ponte, para que o Estado possa permitir que os nossos municípios usem os recursos destinados à saúde para aquelas áreas afins que cumprirão a necessidade proposta da cidade, e não meramente para cumprir cota orçamentária e cota de resoluções estabelecidas, para cumprir o orçamento meramente orçamentário do Estado. Então nós iremos aqui propor um projeto de lei a ser apresentado com o apoio de grande parte dos nobres deputados. Queremos, Doutor Jean, fazer com que a saúde realmente cumpra, de fato, aquela necessidade daquele município, uma vez que as resoluções estabelecidas pelo Estado muito têm sido utilizadas meramente para cumprir rubrica orçamentária estadual, não permitindo que um município como Contagem, que tem mais de R\$50.000.000,00 em caixa para ações de saúde possa sequer pagar uma cirurgia eletiva, possa sequer comprar um medicamento porque o recurso está carimbado para uma rubrica orçamentária que meramente cumpre cota orçamentária do Estado. Então nós queremos pedir o apoio dos nobres colegas desta Casa para que possamos discutir a finalidade proposta de uma ação como esta, que é o recurso da saúde ser executado dentro da rubrica orçamentária na qual o município precisa atender o povo. Nós não podemos deixar que o cidadão de bem, que o cidadão que precisa do SUS, que precisa do Estado deixe de ser atendido, havendo dinheiro em caixa, mas não havendo rubrica orçamentária para isso.

Por fim, nós queremos, na Comissão de Participação Popular, fazer o debate com a sociedade contra a privatização da Cemig, contra a privatização da Copasa, a favor do saneamento básico, de modo que leve água para as comunidades rurais, que a água, um bem tão precioso, não seja meramente um recurso orçamentário de emenda impositiva para resolver ações paliativas, mas, sim, que seja incluída no orçamento do Estado como investimento em saúde. Por fim, queremos aqui fazer o debate daquela execução de saúde que mais tem de ser executada pelo município, e não meramente uma rubrica orçamentária que o Estado deseja implantar para cumprir apenas as suas cotas.

Por fim, concluo aqui trazendo ao nosso eleitor, ao nosso cidadão, que nós estaremos – além de, no Parlamento, além de aqui, no Plenário – fazendo discussões na Comissão de Participação Popular, na Comissão de Minas e Energia e na Comissão de Assuntos Municipais, colaborando para que os assuntos dos mineiros e das mineiras de todas as regiões possam ser trazidos com afinco e dedicação para que os nobres deputados possam dialogar conosco a fim de buscarmos melhorias não só do ponto de vista legislativo, mas do ponto de vista efetivo, naquilo que é bom para o nosso mineiro e para a nossa mineira. Obrigado.

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidenta, boa tarde. Boa tarde a todos os nossos colegas parlamentares, à sociedade que acompanha os trabalhos da Assembleia.

Eu quero dar uma boa-tarde muito especial às deputadas, minhas colegas de Parlamento, neste dia 1º de março, mês em que celebramos, no dia 8, o dia internacional de luta das mulheres, e mês em que nós lembramos, no dia 14, o assassinato da Marielle.

Então é um mês para que nós possamos nos dedicar às nossas pautas, às nossas lutas e dizer à sociedade que nós estamos aqui, mas nós queremos mais mulheres na política e que ninguém decida por nós, sem nós, no Parlamento ou em qualquer lugar. Que nós possamos fazer os debates necessários à luta contra o feminicídio, às desigualdades no mercado de trabalho e principalmente que nós tornemos este ambiente um ambiente livre da violência política de gênero. Nós, que estamos neste espaço, não nos tornamos parlamentares para lidar com as violências que são feitas por sermos mulheres nos espaços de política.

Quero cumprimentar o deputado Eduardo Azevedo. Quero de forma muito fraterna dialogar com V. Exa. sobre a suposta traição que o senhor disse do presidente Lula. Permita-me lembrar que quem dolarizou a Petrobras e portanto os altos preços que nós pagamos nos últimos anos não foi o presidente Lula. O presidente Lula investiu na Petrobras, e nós chegamos ao pré-sal. Se não fosse o último período, nós teríamos recursos extraordinários para investir em saúde e em educação. Era para estarmos aqui, agora, celebrando uma revolução no Sistema Único de Saúde e na educação pública, se não tivessem, aí, sim, nos traído e tirado o pré-sal da sua finalidade. O Lula e a presidenta Dilma colocaram o pré-sal para o povo. O governo Bolsonaro e, antes disso, o ilegítimo Temer é que desvirtuaram a função social do pré-sal. Então, se nós falarmos de traidores... Quantas famílias nós conhecemos que não tinham mais dinheiro para comprar o gás de cozinha? Quantas notícias de gente que se queimava ao ter que fazer a sua comida de forma improvisada dentro de casa porque não conseguia mais comprar o gás de cozinha todo mês? Nós vamos lembrar de uma ação do Sindipetro no ano passado, uma ação solidária, fazendo distribuição de gás de cozinha nas comunidades mais vulneráveis. Então, se nós formos falar de traição, vamos ver que não foi o presidente Lula que traiu o povo. Se nós formos falar de traição, nós precisaremos lembrar que a gasolina chegou a R\$8,00, não foi isso mesmo, deputado Betão? Os R\$8,00 não foram com o presidente Lula. É importante que nós resgatemos a memória para aquilo que o povo vive no seu dia a dia. E o mais importante é resgatar a memória do período eleitoral de 2022, de uma desoneração, deputado Eduardo Azevedo, que aconteceu no período eleitoral, aquele vale-tudo para ganhar a eleição. A desoneração feita pelo governo Bolsonaro foi só para a eleição. Nós podemos chamar isso de traição, de manipulação, de utilização da política pública para enganar o eleitor somente no período da eleição. Se nós nos recordarmos do orçamento que o governo Bolsonaro enviou ao Congresso, veremos que não haveria mais o Bolsa Família, não teríamos assistência aos territórios, municípios e estados devastados pelas enchentes no último período, não teríamos política pública. Então, se nós quisermos discutir traição de fato, o governo anterior, o governo Bolsonaro traiu demais a população naquilo que lhe é mais caro: o direito a um gás de cozinha, o direito à comida. Não vou nem discutir a vacina. Vocês viram o Lula se vacinando? Vocês viram a diferença entre um presidente que defende a vida e aquele que nega a ciência e portanto faz uma política a serviço da morte? O outro fez uma política antivacina, e agora a gente tem um presidente que vai para a frente da TV, se vacina e incentiva o povo a se vacinar, tratando aí da vida das pessoas. Então eu queria trazer essa consideração a V. Exa., fazendo o bom debate aqui, no Parlamento.

Quero, antes de debater o assunto que me trouxe à tribuna, fazer um convite a todos os colegas. Amanhã, quinta-feira, dia 2, na porta da Rádio Inconfidência, promovido pelo movimento Fica Inconfidência, vai haver um ato em homenagem aos trabalhadores mais antigos da Inconfidência que foram demitidos pelo governo Zema. O Sr. Ricardo Parreiras, que dedicou 75 anos de trabalho à rádio, não pôde, deputado Zé Guilherme, fazer o último programa, se despedir das pessoas. Então nós precisamos pensar um governo que não trate os seus e os que se dedicam à comunicação como lamentavelmente o governo Zema tem tratado. Será amanhã, às 13h30min. Dá tempo de ir lá, Betão. A gente vai lá, manifesta a nossa solidariedade contra essas arbitrariedades, o nosso reconhecimento aos profissionais da Inconfidência que foram demitidos e a gente volta aqui para o Plenário para fazer o nosso trabalho parlamentar.

E o assunto que me trouxe aqui, ao Plenário, neste dia 1º de março, é um posicionamento do Ministério Público de Minas Gerais fresquinho, publicado nesta semana: a Recomendação nº 1, de 2023, sobre o Parque das Águas, da nossa querida Caxambu, do nosso querido Circuito das Águas. Aqui, na Assembleia, nós fazemos a luta desde a legislatura passada contra a privatização do Parque das Águas. A luta contra a privatização não é uma luta retórica por eu ser contra as privatizações. De fato não acho que esse é

o caminho adequado para os mineiros e as mineiras, mas esse processo, assim como outros que o governo Zema tem incentivado e feito, é um processo viciado, com inúmeras irregularidades, que foram demonstradas em audiência pública, com vários movimentos aqui, na Comissão de Administração Pública – e nós demonstramos ao Ministério Público, em denúncia que protocolamos em outubro de 2022. Agora, recentemente, entregamos nova denúncia ao Ministério Público federal e vamos também bater à porta do Tribunal de Contas do Estado para impedir que esse edital prevaleça, que, com tantas irregularidades, com tantos vícios e com tantos problemas, ele prospere.

A decisão do Ministério Público que eu trouxe para compartilhar com os colegas é exatamente uma recomendação à Codemge para que suspenda a disputa aberta presencial do Edital nº 55, de 2023. Após uma análise da nossa denúncia feita em 2022, em parceria com o deputado federal Rogério Correia, e a denúncia de várias outras entidades e movimentos que conhecem a região e que sabem da importância do Parque das Águas, um parque das águas que tem uma função turística, histórica, cultural não só para Caxambu, mas também para Cambuquira, para Lambari, para Conceição do Rio Verde, que faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Verde... Esses movimentos, que sabem da realidade, encaminharam várias denúncias ao Ministério Público estadual.

O parque é um bem público tombado pelo patrimônio histórico e artístico de Minas, e o conjunto paisagístico e arquitetônico foi tombado pela prefeitura. Recentemente a Câmara Municipal de Caxambu também realizou uma audiência pública para debater essa situação absurda da privatização do Parque das Águas. E por que nós afirmamos sobre as suas irregularidades? Devido à ausência de estudo prévio de impacto cultural aprovado pelo Conselho Estadual de Cultura. Percebam: o governo Zema leva à frente uma tentativa de privatização sem cumprir a legislação estadual. É o que a turma da educação costuma dizer: é um governo acima de todos, de tudo, porque é um governo que não preza pelo cumprimento da legislação estadual. Por que há irregularidades? Não há debate público. Eu me lembro de que o governador Zema é do Partido Novo, que defende o pagador de imposto – não era isso? Como que o pagador de impostos não é ouvido na definição das políticas, gente? Como que não há debate público com conteúdo sobre os problemas, sobre as consequências de algo que vai impactar toda uma região? Há grave risco de lesão ao meio ambiente, não apenas do Parque das Águas, mas de todo o circuito das águas. Percebam: houve um estudo da Fundação de Desenvolvimento de Pesquisa, a Fundep, que foi encomendado pela própria Codemge, mostrando que o estudo apresentado não foi considerado um edital. Então o estudo da fundação apresentou uma série de questões que precisavam ser cumpridas. O governo pegou o estudo, embolou, deve ter colocado em algum lugar e publicou um edital desconsiderando as condicionantes que deveriam ser cumpridas para a privatização do Parque das Águas, de Caxambu. Foram questões que não foram consideradas relacionadas à questão hidrológica, à caracterização das águas subterrâneas e superficiais, à gestão socioambiental e sanitária. Então, considerando todo esse processo é que o Ministério Público estadual, analisando tudo isso, já trouxe uma deliberação. A posição do Ministério Público Estadual é pela suspensão do edital.

Eu subo a esta tribuna, primeiro, para lembrar da importância do Parque das Águas, da importância de que nós, como representantes da população mineira, possamos fazer a defesa do patrimônio dos mineiros, porque, nesse ritmo do governo Zema, não vai sobrar nada em 2026. Não vai sobrar escola pública; não vai sobrar hospital público; não vão sobrar parques estaduais; não vai sobrar o Parque das Águas; não vai ter Cemig; não vai ter Copasa. Estou esquecendo de mais alguma coisa que o governo quer privatizar? (– Intervenção fora do microfone.) Escola eu falei. Codemig. Não vai ter Codemig. Metrô. Ou seja, não vai ter serviço público ao Estado. É essa devolutiva que nós daremos aos nossos eleitores e eleitoras? Um não estado, uma ausência completa do Estado em algo que ele deve atuar? Aí, quando a gente enfrenta desastres, quando a gente enfrenta situações criminosas ou que muitos vão chamar de acidentes, a gente não compreende que, naquele momento da luta, se não se tivesse privatizado, se se tivesse respeitado o estudo, se se tivesse tido o zelo com o meio ambiente, nós não enfrentaríamos situações que nós, muitas vezes, passaremos a enfrentar. O próprio Ministério Público, na sua recomendação, vai lembrar que o Supremo Tribunal Federal já reconheceu expressamente que o meio ambiente ecologicamente equilibrado possui natureza de direito fundamental, o que quer dizer que essa luta de defesa do Parque das Águas é uma luta de natureza de direito fundamental, não é uma luta aleatória, não é uma luta superficial.

Segundo o Ministério Público também, o patrimônio cultural mereceu igualmente tutela constitucional, que impôs ao Estado o dever de garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Há uma dificuldade de o governo Zema compreender o que a Constituição determina e aquilo que está protegido pela Constituição, como o meio ambiente, como o direito à defesa e à proteção do patrimônio cultural.

Então vir aqui é compartilhar com toda a sociedade mineira esse importante posicionamento do Ministério Público; é compartilhar a nossa luta em defesa do Parque das Águas; é dizer das consequências dessa política de privatização; é fazer um apelo ao governo do Estado para que ele desista dessa privatização, ouça a região, faça uma política que seja uma política compartilhada com os territórios e que valorize os patrimônios culturais que nós temos, e, sobretudo, que respeite os territórios e o meio ambiente.

São essas as minhas considerações, presidenta. Obrigada.

O deputado Leleco Pimentel – Águas para a vida. Seu celular, deputada.

A nossa saudação de boa tarde a todas e a todos, em especial aos que se encontram fisicamente aqui e também com a atenção voltada para a fala de colegas que, muitas vezes, não só dirigem sua palavra para a rede social ou para a TV, mas também em respeito ao pensamento, em respeito ao acúmulo e à sabedoria de cada um e de cada uma. É por isso que o Parlamento não deve ser lugar de a gente vir proferir adjetivos que nem dentro de casa se devem colocar, para não atrair as energias ruins, deputado Betão. E, ao ler a matéria que veicula a possibilidade e a atenção do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, de pautar na Mesa a proibição de que deputados subam no púlpito para poder não só proferir *fake news*, mas também desferir de modo odioso, de modo pejorativo nomes, seja ao ex-presidente, seja ao atual presidente da República...

Eu gostaria de pedir, presidenta Leninha, e à presidenta que a antecedeu, que esteve no dia de ontem, que pudessem pautar com a Mesa diretora da Casa esse tema, porque nós evocamos aqui, durante as sessões anteriores, o art. 164, que subjetivamente pode ser trabalhado pela presidência em exercício, observando ali se houve ofensa proferida pelos deputados, pelos parlamentares. Agora, veja, proferir ofensa contra partido, contra bloco partidário não é permitido; mas preferir ofensa contra aquele que foi eleito democraticamente pelo voto nas urnas pode. Então nós pedimos a esta presidência que possa pautar, junto com a Mesa diretora, essa observação importante de que nós usemos as nossas falas dentro daquilo que é a construção objetiva. E digo que não há nada de subjetivo nessa minha fala, estou sendo objetivamente direto quanto às ofensas que têm sido proferidas contra os partidos de esquerda, contra o atual presidente da República. E é por isso que nós sabemos que, daqui a pouco, vamos ser sucedidos aqui por pessoas que acham que, dirigindo palavras para a sua rede, vão continuar falando *fake news* e proferindo adjetivos que talvez se a mãe e o pai, que também são responsáveis pela educação, estivessem ouvindo pensassem que erraram. Então peço a esta Mesa que encaminhe esse tema importante, porque este é um lugar de construção, de respeito.

Por isso, Beatriz, quando tirou daqui a água, eu disse: águas para a vida, Parlamento para a vida, e palavras para a vida, não para a morte.

Nesse sentido, eu tomo também aqui o tempo para poder, ao toque do que fez aqui também o deputado Ricardo, que me antecedeu, da Beatriz, trazer importantes reflexões sobre o momento político do nosso país. Ontem eu participei remotamente, porque estava no Plenarinho VII da Câmara dos Deputados, quando da minha fala, junto também da deputada Bella e de outros tantos que acompanharam primeiro o relançamento do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, quando o presidente Lula fez questão de lembrar dos nossos mineiros – primeiro Betinho, e também D. Mauro Morelli. D. Mauro Morelli – aqui rendendo o nosso abraço fraterno e boas energias para a recuperação de sua saúde – encontra-se internado, mas, se Deus quiser, ainda nesta semana poderá, perto dos seus 90 anos... Ele que caminha 5km por dia, Doutor Jean. Ele mesmo faz questão de dizer que cuida da saúde para que possa contribuir ainda mais.

E, se Deus quiser, o D. Mauro Morelli estará aqui conosco no dia 9, quando vamos, todos os deputados, aqui fazer essa homenagem justa à CNBB pelo lançamento dessa campanha da fraternidade que é, ao fim e a cabo, o combate à pobreza, combatendo assim a fome em nosso país.

Quero lembrar que ontem, instalada a comissão externa pela repactuação, em que os atingidos e as atingidas, aqueles que não são ouvidos, que sequer foram ouvidos naquele crime que a Vale cometeu e pelo qual pagou muito dinheiro ao governo Zema... Que agora esse mesmo desejo aconteça com essa repactuação do crime que ocorreu não em Mariana, mas, pela Vale, pela BHP Billinton e pela Samarco, nos Municípios de Ouro Preto e Mariana; crime que atingiu as águas, que atingiu a vida. E bendita seja essa inclusão do Estado da Bahia, porque nós também vimos que o litoral sul da Bahia foi atingido fortemente pelas lamas. É só buscar as imagens que nós vamos ver que tem razão quando alguém lembra que as águas do mar e a vida marítima também foram atingidas naquele crime, que continua sendo renovado pela Renova.

Nesse sentido também, quero trazer aqui que, no cenário dos 60 dias de governo Lula, os avanços são muitos. Desde o anúncio do Programa de Aquisição de Alimentos, que é para nós o verdadeiro caminho para que a agricultura familiar, para que a gente possa ter incluídos novamente aqueles que colocam o alimento na mesa do povo brasileiro... Se reanimam quando o Conselho de Segurança Alimentar Nutricional Sustentável... Serviu também para o lançamento ou para a esperança de que o Bolsa Família seja, de fato, o amparo para os mais pobres. Estavam presentes o nosso querido deputado, que foi ministro do combate à fome, Patrus Ananias; e quem o sucedeu, a Tereza Campello. Mas, de fato, ver o Consea tomar posse, se fazer presente... Sei que mais de mil pessoas ficaram do lado de fora porque não cabiam de tanta gente, Macaé. Coisa tão linda! Mesmo com as vidraças quebradas, traço ainda da barbárie daqueles que detestam e odeiam a democracia e nos odeiam também, pudemos ver a casa cheia. Não tinha ar-condicionado porque Brasília é muito seca, e o vento que entrava pela janela ainda era traço de que a democracia continua sendo o objetivo da nossa luta.

Quero lembrar que, há poucos dias, o companheiro Ricardo e também a companheira Bella trouxeram aqui a importância do relançamento do programa Minha Casa Minha Vida, e eu fiz questão de trazer para esta Casa um projeto de lei que, com certeza, não é da minha autoria. Porque a palavra que trago no projeto de lei é dos povos quíchua, ela é da Pachamama, ela é um conceito que, talvez, nos princípios da plataforma da Alba, que é aliança bolivariana pela libertação dos povos latino-americanos, já havia sido cunhada, porque na produção por autogestão só se pode ver uma proposta socialista. E é o que nós desejamos que o programa Minha Casa Minha Vida tenha como ênfase nessa retomada que o governo federal faz. Primeiro, porque ali há os princípios da solidariedade, o princípio do direito social à moradia digna, o princípio da inclusão socioeconômica, o princípio da função social da propriedade e da cidade.

Quero remontar ao papa Leão XIII, que trouxe no final do século XIX, em plena Revolução Industrial, o conceito de função social da propriedade, função social da cidade, porque não há de se construir casa de pombo onde o tamanho da moradia acaba indo como um valor de lucro para o bolso de algum empresário. A cada metro quadrado, Isabella, que no Minha Casa Minha Vida, praticado nos grandes centros e também no interior, tem um custo aproximado, desde o insumo, à mão de obra e ao terreno, de R\$1.000,00... A cada R\$1.000,00, que significaria 1m² de construção, as empresas hoje lucram nesse direito social e levam consigo a dignidade de quem mora.

É possível pensar que uma família com cinco componentes – três filhos, pai e mãe – ou, para não trazer essa questão conservadora, uma família monoparental, que tem apenas uma pessoa, ou, ainda, as outras formas de amor... Você tem, em 30m², condições de sobreviver, fazendo ali seu alimento, tendo condições de higiene e de dormir ou até de viver as suas mágoas ou as suas alegrias? Posso lhes adiantar que não. O tamanho da moradia é também fundamental para a dignidade das pessoas. Por isso quero dizer que a arquitetura pública, na Lei nº 11.888, do nosso querido deputado Zezéu Ribeiro, arquiteto baiano que esteve aqui conosco, na Ocupação Zezéu Ribeiro e Norma Lúcia, segue um princípio que é o princípio da autogestão na produção social da moradia. O

nosso projeto de lei tem por número, hoje, 195/2023, e ele quer lembrar ao Estado de Minas que, em vez de arrecadar terras dos municípios e depois colocá-las à venda, assim como quer o Zema, que quer vender a Codemig, vender tudo aquilo que ele não construiu, podia construir nesses terrenos, que são vocacionados para a moradia, porque é neles, e não no céu, que se constroem moradias. A dignidade se constrói na terra. O comportamento da gente é que pode nos induzir a ir para cima ou para baixo. Acredito que muita gente que está na política e não a dedica como um serviço ao outro pode estar construindo, sim, um caminho de ida para baixo. Eu não quero utilizar aqui nenhum termo pejorativo, porque eu mesmo recrimino isso, mas temos ouvido tantas palavras aqui que destroem ao invés de construir.

Eu até fico pensando: a pessoa deve estar tão apaixonada pelo Lula, tão intimamente ligada a ele com amor que não tem outra coisa para falar e aí prefere vir aqui destruir quem deu como lema para este país a reesperança e a reconstrução do Brasil. Então acreditamos que o governo Lula vai, ao recriar o Minha Casa Minha Vida e o Bolsa Família e ao integrar essas políticas públicas... Ontem 22 ministérios, Beatriz, 22 ministérios estavam no relançamento do Consea, porque a integralização da pessoa e a integração da política se fazem necessárias para uma tarefa da sociedade, que é a de exterminar a pobreza por meio da erradicação da fome, a princípio, mas que também requer outras tantas políticas públicas; é também a de reconstruir os espaços de participação para que o Sistema Único de Assistência Social volte a vigorar e a gente tenha o Cress, a gente tenha o Creas, a gente tenha os Cras, a gente tenha políticas públicas para poder ter notícias delas e até ter do que reclamar. Agora, reclamar do que não existe é dar tempo para que as pessoas gastem tempo com as pessoas, e não com as ideias.

Por isso eu fiz questão de trazer o nosso projeto de lei que institui a política estadual de produção social de moradia por autogestão. Fiz questão também de incluir na lei estadual, que é a lei que foi projetada durante as conferências, que trata do programa, da lei e do arcabouço institucional de participação, que é a habitação de interesse social. E nós estamos tratando também aqui daquelas que não tiveram nem o direito a um canto de terra, porque muitos acham que as pessoas escolhem morar em lugares de risco, como agora vimos no Estado de São Paulo ou na minha cidade de Ouro Preto. Não! As pessoas moram ali porque foi o lugar que sobrou para elas, não lhes foi permitido o direito de acesso à terra, e, sem acesso à terra, não há como construir nenhuma moradia. É por isso que a nossa defesa e a nossa luta também se fazem necessárias. E é por isso, presidenta, que eu reafirmo aqui: cada vez que eu vier a este Plenário, as minhas palavras serão para edificar vocês, mulheres, edificar os parlamentares, o povo. Que a gente aqui debata ideias, porque as pessoas crescem quando as ideias são boas.

Muito obrigado. Deixo aqui a nossa alegria de poder servir. Quem quer se servir provavelmente tem um discurso diferente do nosso.

O deputado Caporezzo – Boa tarde a todos. Quero fazer uma citação aqui à professora de português Cíntia Chagas, especialista em nosso idioma, que falou o seguinte: “Quem fala boa tarde a todos e a todas está sendo redundante, quem fala boa tarde a todos, a todas e a todes está sendo idiota”. São palavras dela, porque, conforme a gramática da língua portuguesa, quando se coloca algo no plural, é absorvido pelo gênero masculino. Isso não é machismo, não. Isso é português. É muito importante zelarmos por esse patrimônio nacional, que é a língua portuguesa.

O deputado que me antecedeu não quer mais que os parlamentares tenham a possibilidade de chamar o Lula de ladrão. Será que, se os deputados deixarem de chamar o ladrão de ladrão, ele vai deixar de roubar ou será descondenado? Ele foi condenado em três instâncias, responde a 10 processos. Enquanto estou chamando-o de ladrão, ele está no lucro, porque tem gente, não sou eu, que acredita em coisa pior, como, por exemplo, no homicídio do prefeito Celso Daniel. Com certeza, assassinato é algo muito mais grave. Então, não há nada tão ruim que não possa piorar. Tenho a esperança de que, um dia, esse caso do assassinato do prefeito Celso Daniel será finalmente esclarecido para mais uma vergonha criminoso dessa organização criminoso, que está muito mais para uma máfia do que para um partido político chamado de PT. Falo isso pela quantidade de crimes pelos quais já respondeu e ainda vai responder. E agora pela carreta-furacão também, porque a quantidade de ex-condenados que estão entrando nesse governo é de cair o queixo.

O falso moralismo da esquerda é sempre algo que me enoja. Eles dizem defender os ovos das tartarugas, mas defendem o homicídio de crianças no ventre materno. Dizem que são contra o tabaco, que tabagismo causa câncer, mas querem a legalização da maconha e de todas as outras drogas. Isso sem falar em acordos com organizações terroristas e narcotraficantes da América Latina, como as Farc. Fala que são contra as armas de fogo, mas vivem protegidos em condomínios fechados, com segurança 24 horas, quando não têm a escolta do Bope. Dizem que são contra a agressão das mulheres. Nossa! Eu também sou contra, o homem não deve bater em uma mulher. Mas é essa mesma esquerda que defende que um homem suba em um ringue e espanque uma mulher até quebrar o crânio dela, como aconteceu em 2012 com o lutador Fallon Fox, por quê? Porque esse homem diz que é menina. Então, ele pode bater em uma mulher. É o fim do esporte feminino. A ideologia de gênero no esporte é o fim do esporte feminino. As mulheres da esquerda nessa hora se esquecem de defender as mulheres. Dizem que querem direitos iguais, mas agora defendem cotas para quem faz sexo com seu órgão excretor. Não tenho nada a ver com isso. Seja feliz vivendo a sua vida, mas cota por causa disso é algo inaceitável, é algo completamente absurdo. Vou aproveitar – porque eles falam que o meu discurso é de ódio – enquanto ainda posso falar, porque, do jeito que a censura está caminhando no Brasil, talvez eu não consiga falar isso por muito tempo.

Elogiam uma alta funcionária pública ou uma empresária solteirona. Tudo bem que seja elogiada, mas elogiam ao mesmo tempo que falam que uma mãe de família ou uma dona de casa é vítima do patriarcado, ou seja, desvalorizam as mulheres que têm realmente a cultura do nosso povo de se dedicar aos nossos filhos, que é o que existe de mais nobre que o ser humano pode fazer na vida, o que existe de mais nobre. Dizem que defendem os negros, mas, se um negro votar no deputado Caporezzo é o quê? Capitão do mato, negro de alma branca e daí para pior. Não existe postura mais racista e hipócrita do que essa. Então, assim, toda vez que vejo o moralismo da esquerda, sabe o que faço? Saco o meu rolo de papel higiênico, porque sei muito bem o que vem depois.

O deputado Eduardo Azevedo (em aparte) – Obrigado, deputado Caporezzo. Bom, vamos lá, não é?

Hoje vivemos as falsas narrativas e, da forma como está caminhando, acho que, da próxima vez, em 2026, em vez de colocar o meu nome para candidato a deputado estadual, vou colocar para monge, porque aqui, daqui a um tempo, vai virar um mosteiro, em vez de um Parlamento, que é um local de discussão. É justamente o que querem fazer. Querem nos calar por tudo que fazemos.

Então, vamos lá. Quero aqui corrigir S. Exa., a deputada Beatriz Cerqueira, que falou a respeito do pré-sal. E quando a gente fala do pré-sal, não há como a gente se remeter à Petrobras. E você pode – o pessoal que está aí nos acompanhando – dar um Google e colocar: “Qual foi o maior esquema de corrupção do Brasil?”. Operação Lava Jato. Justamente onde? No governo do PT.

Então agora vou complementar a minha fala. Eu comecei aqui, hoje, no Plenário, chamando Lula de traidor. Então não vou chamá-lo só de traidor, mas de traidor e de corrupto, porque o maior esquema de corrupção que o Brasil teve foi justamente no governo do PT, quando estava à frente a Petrobras. Por que há tanta resistência em privatizar? Eu acho que, se se privatiza, vai-se acabar com os cabides de emprego. Então, se, naquela ocasião, a Petrobras já tivesse sido privatizada, nós não passaríamos essa vergonha, hoje, de passar pelo maior esquema de corrupção.

O deputado que nos antecedeu também falou a respeito da vida. A gente tem que respeitar a vida mesmo, mas só que são jogos de narrativa, são questões que a gente não entende, porque, quando você dá um Google aqui, também aparece o seguinte: “O governo Lula retira Brasil da declaração internacional contra o aborto”. Quer dizer, como que nós podemos ser a favor da vida, mas, ao mesmo tempo, não deixarmos o nosso país participar de um acordo que é realmente contra o aborto? Então são narrativas e questões que a gente não entende.

Agora eu complemento... Isso sem falar o que não foi pontuado aqui também. Foi falado que, durante o governo Bolsonaro, a gasolina, o preço do combustível esteve mais caro, só que não falaram que foi justamente por causa da guerra da Ucrânia. Então, além de traidor, Lula também tem um governo corrupto, pois, como falamos, a Lava Jato foi o maior esquema de corrupção. Obrigado, deputado.

O deputado Caporezzo – Parabéns, Exmo. Deputado.

A presidenta – Só 1 minuto, deputado. Foi solicitado o art. 164. Nós vamos aguardar o encerramento da sua fala. A gente vai conceder, mas é um por federação, está bem? Desculpe-me, deputado. Por favor, pode seguir com o seu pronunciamento.

O deputado Caporezzo – Parabéns ao Exmo. deputado Eduardo Azevedo. Concordo com as suas palavras. Isso foi muito bem lembrado. A gente viu o que aconteceu na época da campanha, quando o Lula falou que não iria aumentar o preço da gasolina. E agora ele está aumentando, está retirando e recolocando novamente todos os impostos que o Bolsonaro retirou. É este o pai dos pobres? Com certeza. Por isso que ele está multiplicando a pobreza, porque ter que assistir aos funcionários da Rede Globo de Televisão defendendo que o aumento do preço da gasolina não vai dificultar a vida do pobre é simplesmente inacreditável. Todos os alimentos básicos terão o seu preço ampliado. Em contrapartida, o salário mínimo só aumentou R\$18,00. Quantas picanhas vou comprar com R\$18,00? É, gente, nem cerveja dá para comprar direito com esse valor.

Quanto ao assalto aos cofres públicos da Petrobras, muito bem lembrado por V. Exa., é algo que realmente serviu para agravar o preço da gasolina. Mas, enquanto... É bom lembrar o que aconteceu no ano passado. Enquanto a gasolina aumentava o preço, no mundo inteiro – países da Europa estavam pagando mais de R\$10,00 o litro –, o governo Jair Bolsonaro conseguiu fazer da gasolina brasileira uma das mais baratas do mundo. Quem vai admitir isso na esquerda? Ninguém. Por quê? Porque tudo o que eles têm são narrativas mentirosas, nada além disso. Obrigado, presidente.

A deputada Bella Gonçalves – Questão de ordem, presidenta.

O deputado Caporezzo – Eu não concluí a minha fala. A direita vive em Minas Gerais! Obrigado, presidente.

A deputada Leninha – Obrigada, deputado Caporezzo. Com a palavra, pela ordem, a deputada Bella Gonçalves.

Questão de Ordem

A deputada Bella Gonçalves – Eu acho que... Pesquisando um pouquinho sobre o sentido da palavra “idiota”, que foi mencionada no início do discurso de Caporezzo, a gente vê que idiota é alguém ignorante, que ignora as transformações da cultura, que ignora a diversidade do nosso povo e que se aparta da vida pública. Eu queria dizer que a LGBTfobia, que foi proferida àquele microfone, além de idiotice, é crime, presidenta. Então eu gostaria que a Mesa tomasse providências em relação à LGBTfobia e à transfobia que foram cometidas ali, naquele microfone. Foram ditas coisas sobre a questão dos artistas travestis e transexuais. Foram ditas coisas em relação à utilização do pronome neutro, que é uma transformação cultural que não afeta a língua portuguesa. Afinal de contas, a linguagem portuguesa é uma linguagem cultural, é uma linguagem em transformação, que vive com regionalismos, gírias, com várias formas de se operacionalizarem a língua portuguesa. E quem não compreende que a língua está em movimento, este, sim, é um idiota que ignora as transformações culturais da língua portuguesa. Eu não gostaria, presidenta, de que essa Mesa admitisse em hipótese alguma LGBTfobia. Assim como a violência contra a mulher não pode ser proferida ali. A gente falar “vou dar umas palmadas” não se pode, não se pode cometer transfobia, não se pode cometer lesbofobia, não se pode cometer homofobia. Isso não é questão de opinião! Então, eu peço, por favor, providências, porque senão a gente vai ter que tomar providências de representação nos órgãos criminais. Obrigada.

A presidenta – Obrigada, deputada Bella.

O deputado Sargento Rodrigues – Questão de ordem, presidente.

A presidenta – A Mesa está acatando as demandas. Com certeza, vamos levar para discussão e, em momento oportuno, a Mesa retornará.

Só um momento, deputado Sargento Rodrigues. O deputado Betão solicitou a palavra pelo art. 164, por citação ao partido, e ele tem direito também de falar agora. Depois passaremos para V. Exa. Obrigada. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, o deputado Betão.

O deputado Betão – Posso usar a tribuna, presidenta? Boa tarde, presidenta, deputados e deputadas, todos e todas, todes. Eu não iria me inscrever hoje, mas, como o nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, é o maior partido que a classe operária deste país construiu nos últimos tempos, referência para vários países do mundo, foi atacado aqui por dois deputados que se intitulam bolsonaristas, eu vim aqui insistir, deputada, mais uma vez, que nós não podemos nos utilizar desta tribuna... Nós, não, eles não podem se utilizar desta tribuna para falar tanta mentira como falam aqui em formato de pílulas, pílulas de asneiras, Professor Cleiton, pílulas de asneiras! É o melhor conceito que eu posso achar para isso que é feito aqui neste momento.

Procure no Google – é o que eles mesmo escrevem –, está lá. É para ver se a pessoa acha. Tratam uma questão de petróleo, de gasolina, como se fosse papel de pão, conta de padaria. Eles se esqueceram de que a gasolina chegou a R\$8,00 neste país e que foi desonerada por causa das eleições, o que estava previsto até o dia 30 de dezembro, deputado, 30 de dezembro, 31 de dezembro. Depois, ela teria que voltar ao normal. Foi prorrogada, e agora foi feita outra conta. Podemos indagar se essa foi a melhor conta ou não, mas começou-se a ter uma distância inclusive entre o preço do petróleo e o preço do etanol, que estava praticamente colado.

Desconhecem que o Brasil é uma das maiores reservas de pré-sal do mundo. A maior reserva de pré-sal, de petróleo descoberta do mundo é da Venezuela, deputada. Olhem quantas tentativas de golpes foram feitas na Venezuela. Inventaram até um presidente *fake* para pôr a mão no petróleo venezuelano. E botaram a mão no petróleo brasileiro, no pré-sal brasileiro, que iria ser utilizado para atender a educação e a saúde, principalmente. A partir do golpe de 2016 e, conseqüentemente, com a vitória do verme depois, de 2018, boa parte do pré-sal foi entregue a empresas multinacionais petrolíferas. E por que o petróleo aumentou tanto durante o governo anterior, a gasolina? Para pagar os dividendos dos grandes acionistas neste país, os grandes acionistas que estavam botando a mão no pré-sal brasileiro, que investem na Petrobras para pegar os seus dividendos. Foi a segunda empresa petrolífera do mundo que mais pagou dividendos nesse período. E nós vamos acertar essa questão do preço da gasolina.

Então, não posso admitir, como membro da direção estadual do Partido dos Trabalhadores, que deputados que não têm qualquer conteúdo, qualquer profundidade nos assuntos, que trazem aqui as suas pílulas de asneiras, venham ofender o Partido dos Trabalhadores. Nós não vamos permitir isso. Somos a maior bancada deste Parlamento.

Somos 12 parlamentares, mais os nossos companheiros da federação e de outra federação, que atuamos aqui como um bloco, que todo dia vem aqui trazer discussões importantes para o povo mineiro, discussões importantes para o povo brasileiro de problemas que afligem o Estado de Minas Gerais e a sua população. Isso é o Parlamento, para a gente trazer esse tipo de discussão e não *fake news*. Obrigado, presidenta.

Questão de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, a primeira parte da questão de ordem, colegas deputados, deputado e deputada, é que, ao questionar o art. 164, invocando a questão de ordem, deveria ser dada, e aqui eu faço a questão de ordem em relação às duas falas. O art. 164, em seu *caput*, no § 1º, diz o seguinte: “Inciso I: a um deputado por representação partidária ou bloco parlamentar para contestar acusação dirigida”. Então a primeira questão de ordem é que a palavra foi dada de forma a mais para dois deputados, um deputado e uma deputada. Então eu queria deixar aqui a questão de ordem para que a presidente pudesse analisar, até porque, presidente, quando invocaram aqui a questão de ordem, a palavra foi dada imediatamente, sem mesmo o tempo hábil para que a presidência pudesse tê-la feito. Mas eu ouvi aqui, presidente, diversas falas, e a gente não consegue ficar aqui contido. Falaram aqui dos combustíveis, e o colega deputado Eduardo veio aqui e falou o que está escancarado na grande mídia nacional, feita pelo ex-presidiário. Foi ele que autorizou o aumento. Isso é fato. Agora aqui alguém vai dizer: “Olha, 1ª-vice-presidente, leve essa questão para a Mesa porque o deputado que goza de imunidade material e formal, conforme prevê os arts. 55 e 53 da Constituição da República, que é *ipsis litteris* da Constituição do Estado, não pode usar a tribuna para falar que o cidadão é ex-presidiário”. Ele é, ele ficou preso. Isso é fato. E dizer que três ex-tesoureiros foram presos é fato, que três ex-presidentes de partidos foram presos é fato. É fato! Agora a questão que eu quero trazer, presidente, é em relação aos combustíveis: “Mas no outro governo chegou a R\$8,00!”. Com

a pandemia, com a guerra na Ucrânia, e qualquer um, qualquer um cidadão, não precisa ser PhD em economia, não precisa conhecer a questão fiscal do País, nem economia, nem contabilidade, sabe que uma guerra impacta decisivamente o petróleo, o combustível, o gás de cozinha. Impacta, isso é fato. Agora, quem fez a promessa falando que não ia fazer foi o ex-presidiário, e acabou aumentando. Então, deputado Eduardo, parabéns a V. Exa. pela coerência, porque V. Exa. trouxe um fato aqui que é real, que é real, presidente. E escutei o outro colega deputado aqui falar, usar de forma até poética, “águas para a vida”. Fez-me lembrar, deputado Antonio Carlos Arantes, as águas da transposição do Rio São Francisco, que o nosso legítimo presidente fez depois que um partido passou 14 anos enrolando, enrolando e enrolando o povo nordestino. Ele foi lá e fez a transposição das águas do Rio São Francisco. Águas para a vida para o nordestino que foi enganado, que foi ludibriado por muito e muito e muito tempo. Então, presidente, eu queria deixar o recado aqui que o deputado da tribuna goza de imunidade material e formal, é inviolável na sua palavra, opinião e voto. Mesmo que alguns deputados hoje queiram provocar a Mesa para censurar, isso não será possível. Não será possível mudar o Regimento Interno porque lá em cima existe uma Constituição da República e é dela que emanam todos esses preceitos constitucionais. E, se acabarem com isso, presidente, acaba aquilo que é mais valioso, deputado Doorgal Andrada, que é a opinião, palavra e voto. Então há deputados aqui – o deputado da esquerda – que dizem: “Não, presidente, tem que olhar isso aí, tem que tentar censurar”. Olha, a vida inteira a essência do Parlamento é a palavra, é a opinião do deputado, é a fala dele. Se tirar isso, acabou, acabou. Agora, nesse conflito, nesse embate ideológico, é preciso dizer que eu nunca ousei, em toda a minha vida, a chamar esse moço que está sentado na cadeira de presidente. Jamais faria isso porque não tem legitimidade. Eu não me sinto contemplado. Mas dizer que ele é ex-presidiário, isso é fato. Alguém aqui pode dizer que ele não é ex-presidiário? Alguém tem coragem de vir aqui e dizer que ele não cumpriu 580 dias? Isso é fato, presidente. Então queria dizer aqui, na questão de ordem, que, antes de levantar qualquer tipo de censura, os colegas deputados e deputadas se lembrem de que o Parlamento é poder e voz do cidadão. Mas não tem jeito de ser poder e voz do cidadão sem poder utilizar a tribuna e o deputado fazer contraponto, seja ele político-ideológico ou não, ou levantar uma questão de ordem comum a qualquer um de nós, que diz respeito ao nosso trabalho, à nossa vivência e ao nosso embate político. Então fica aqui a questão de ordem porque não me senti contemplado com a decisão da presidência em conceder a palavra a dois deputados, sendo que, pela inteligência do art. 164, conforme prevê os incisos I e II, pelo menos o que interpreto é da mesma forma.

A presidenta – Obrigada, deputado. Sargento Rodrigues, eu concedi a palavra ao deputado Betão pelo art. 164. A deputada Bella pediu uma questão de ordem. Então a Mesa entendeu perfeitamente o que está dizendo o Regimento Interno, por isso ao deputado Betão foi dado o direito à palavra pelo art. 164. À deputada Bella foi por uma questão de ordem. Há, ainda, dois pedidos de questão de ordem. Eu queria só mudar de fase. A deputada Beatriz a solicitou primeiro; e, depois, o deputado Caporezzo.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

A presidente – Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Despacho de Requerimentos

– A seguir, a presidente defere, nos termos do inciso XXXII do art. 232 do Regimento Interno, o Requerimento nº 25/2023, do deputado Lucas Lasmар, em que solicita o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 67/2021.

Decisão da Presidência

A presidência, tendo em vista o desarquivamento do Projeto de Lei Complementar nº 67/2021, do deputado Sávio Souza Cruz, determina, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno, sua anexação ao Projeto de Lei Complementar nº 1/2023, do deputado Doutor Jean Freire, por guardarem semelhança entre si.

Mesa da Assembleia, 1º de março de 2023.

Leninha, 1ª-vice-presidente, no exercício da presidência.

Questões de Ordem

A deputada Beatriz Cerqueira – Presidenta, eu pedi pela ordem, primeiro, para registrar a minha discordância do deputado Sargento Rodrigues ao questionar V. Exa., dizendo que V. Exa. tomou uma decisão muito rápida. V. Exa. tem a competência de tomar a decisão no tempo que julgar necessário. Eu acabei de celebrar o início do mês de março, da luta das mulheres e, de repente, um colega vem colocar em dúvida a rapidez com que V. Exa., que preside o Plenário neste momento e é a nossa vice-presidenta, tomou a decisão de conceder a palavra ao deputado Betão pelo art. 164. Eu acho que essas questões precisam ser ditas na hora porque precisam ser enfrentadas. A segunda questão, com que a gente sempre se depara aqui, neste tapete vermelho, é de tão sagrado é o nosso direito de fala. E é sagrado mesmo, mas não um sagrado absoluto que está acima do Código Penal e da Constituição da República. A LGBTfobia, a transfobia, assim como o racismo, são crimes. Não é uma questão de opinião que pode ser dita no Plenário, como bem colocou em sua questão de ordem apresentada a deputada Bella. Providências, sim, precisam ser tomadas. Praticar crimes no uso da atividade parlamentar não é tolerado pela Constituição Federal, não é tolerado pelo Código Penal. Então acho que esse é um ponto importante: quão importantes são o nosso direito de fala e a nossa imunidade parlamentar, mas que ela não é absoluta para que se cometam crimes em nome dela. Então, a questão de ordem levantada pela deputada Bella precisa de uma resposta da Mesa. Por fim, um pequeno comentário, com muita fraternidade e tranquilidade: o Lula é o nosso presidente da República, consagrado nas urnas. Nós não precisamos que nenhum deputado do PL queira legitimá-lo, não faz diferença nenhuma. Então, dizer que não legitima, que não reconhece não faz diferença nenhuma, não faz falta nenhuma, porque o Lula continua presidindo para todo o povo brasileiro, conforme foi o desejo soberano do povo nas urnas, em 2022. Obrigada. E a minha solidariedade a V. Exa. Nós nunca questionamos um presidente quanto ao tempo da sua decisão, que pode ser imediata, que pode ser posterior. No exercício da presidência, cada parlamentar sabe do seu tempo de decisão. No seu tempo, tem a competência e a legitimidade para tomar a sua decisão, e tomá-la no caso.

A presidenta – Obrigada, deputada Beatriz Cerqueira, pela solidariedade. Não me senti... Estou dizendo que nós estamos no exercício, aqui, e é importante que a decisão seja rápida, mas é a decisão da presidência, e a gente tem uma boa assessoria que nos orienta. É lógico que a gente está aqui para fazer o melhor pela democracia, pela escuta, viu, Beatriz? É isso! Estamos juntos. Agradeço à assessoria, que vem nos ajudando também nessa tarefa que é nova, mas a gente faz com muita responsabilidade e respeito aos que aqui se posicionam. A gente vai continuar firme aqui, para poder fazer esse trabalho da democracia e do debate. Também é isto: a Mesa não é só eu, somos um grupo, nós vamos tomar decisões coletivas. A casa não é monocrática, não é? E nós fazemos esse exercício cotidianamente.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Caporezzo.

O deputado Caporezzo – Presidente, o fundamento desse pedido de questão de ordem é o art. 164, inciso II do nosso Regimento. Bem, algo extremamente grave aconteceu aqui. A deputada Bella Gonçalves falou que algum deputado subiu naquela tribuna para cometer um crime, e isso é uma acusação séria. Primeiramente, vamos ver o que fala a nossa Constituição, se é que ela ainda está valendo neste país. Parece que não, não é? Há deputado que tem que entender como funciona a Constituição Federal. Art. 53: “Os deputados e os senadores são invioláveis civil e penalmente” – invioláveis civil e penalmente – “por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos”. Mas, se um crime foi cometido aqui, eu desafio a deputada que falou em LGBTQIfobia de “a” a “z” falar

como esse crime foi cometido. Qual foi o momento em que destilei ódio às pessoas que têm uma orientação sexual diferente da minha? Isso não existiu! O que eu falei foi da questão de cotas para LGBT, que é um escárnio que não pode acontecer. Mas sabe o que não pode acontecer mesmo? É a esquerda. Toda vez que um parlamentar de direita pegar a palavra, se ele não gostou do que a gente falou: “Nossa, me ofendeu. É crime, você não pode falar isso”. Cresça! Deixe de molecagem! Cresça! Obrigado, presidente.

A deputada Bella Gonçalves – Art. 164. Ele citou o meu nome.

A presidenta – A deputada Bella foi citada e tem o direito de resposta. Com a palavra, pelo art. 164 do Regimento Interno, a deputada Bella Gonçalves.

A deputada Bella Gonçalves – Está certo. Presidenta, acho que quem precisa crescer é quem não percebe os reais problemas de Minas Gerais: problemas de acesso à água, de acesso à terra, problemas educacionais. A gente vive num Estado que tem muitos problemas e a gente está aqui se dedicando a mais um Plenário, para ter que apontar absurdos e crimes que estão sendo cometidos por parlamentares. Então, Caporezzo, cresça! E vou citar o nome mesmo, se quiser responder. Cresça! Quero que você responda! Cresça! Deixe de ser moleque! Isso é importante.

A segunda questão é que, sim, a nossa condição de expressar opiniões, ideias e argumentos aqui, no microfone, não pode ser censurada. E a gente não é o grupo da censura. Censura é o que a gente viu no governo passado, no governo Bolsonaro. Vários atos de censura e perseguição contra trabalhadores da cultura. Censura é o que a gente viu o governo Zema fazer agora. Inclusive fizemos pedido de informação, eu e a deputada Leninha em relação à proibição de uma peça do Palácio das Artes, a peça Manifesta, e à exoneração do diretor que estava produzindo essa peça. Isso é censura. Agora, pedir para que a Casa, que é uma Casa em que todos nós juramos defender a Constituição, defenda a Constituição, é o mínimo, é básico, e é violação da Constituição a LGBTfobia. Assim entendeu o STF. O STF entendeu que por ausência de julgamento, inclusive da LGBTfobia no Congresso Nacional, você poderia fazer, em analogia ao crime de racismo, a compreensão de que a LGBTfobia é um crime. Aí, quando o deputado vem cá e zomba, por exemplo, de uma lutadora por ser uma pessoa trans e a chama de menininha – menininha, não é? Foi a palavra que ele usou –, ele está, sim, cometendo LGBTfobia, ele está, sim, promovendo o ódio generalizado contra as pessoas LGBTs.

Isso é muito sério, porque a gente está aqui numa televisão que é pública, numa televisão que é pública. Gente, eu falo para o povo de Minas Gerais que está nos acompanhando: vocês têm filhos e filhas LGBTs, têm amigos, familiares, vizinhos. Vocês concordam com a violência que essa nossa população vem sofrendo diariamente? Vocês concordam com o estupro coletivo de mulheres? Concordam com o assassinato bárbaro de pessoas travestis e transexuais, com requintes de crueldade? A gente teve um aumento de quase 100% no número de crimes de ódio LGBTfóbicos no ano passado, Jean Freire. Foi um aumento de 100%. Como a gente dissocia esses crimes dos parlamentares que vêm aqui proferir uma linguagem de ódio ou do antigo presidente da República, que ia às redes sociais proferir linguagens de ódio contra a população LGBTQIA+? A linguagem produz a violência. A linguagem e as palavras, além de ferir e ser uma violência em si, legitimam ainda mais, por parte de um ator público, de um agente público, uma violência brutal que acontece lá fora.

Sim, vou pedir à Mesa diretora que reveja o vídeo e que tome providências em relação à LGBTfobia aqui, nesta Casa, porque, se a gente não fizer isso em relação à LGBTfobia, daqui a pouco vários que têm opiniões em relação às mulheres, negros e negras vão se sentir autorizados a se expressar dessa forma violenta aqui e não podem, não podem. Obrigada.

A presidenta – Deputado Sargento Rodrigues, eu pergunto se a questão de ordem é sobre o mesmo assunto, porque o art. 166, que o senhor conhece melhor que eu, fala que “sobre a mesma questão de ordem o deputado poderá falar uma vez”.

O deputado Sargento Rodrigues – Vou pedir a palavra pela ordem, como foi concedida à ilustre deputada Beatriz Cerqueira. A palavra é pela ordem, como V. Exa. concedeu a ela. Se a senhora pegar os anais da Casa, V. Exa. vai perceber que ela pediu a palavra pela ordem, e a senhora concedeu.

A presidenta – Ok., mas eu estou perguntando se o assunto é o mesmo.

O deputado Sargento Rodrigues – Não, senhora.

A presidenta – Ok. Obrigada. Com a palavra, pela ordem, o Sargento Rodrigues.

Questões de Ordem

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, realmente eu ouvi aqui uma colega deputada dizer que o outro deputado cometeu crime. Ouvi também chamá-lo de moleque. Eu acho que, se quer combater ou se quer buscar uma fala pela convergência, também não é com acusações da forma como foram feitas que se buscará isso, até porque entre nós, aqui, no Plenário, entre deputados e deputadas... Uma coisa são as falas que a gente dirige lá para o Planalto, outra coisa são as daqui, entre nós aqui, deputados. Aqui entre nós a coisa tem outra dimensão. Ela tem um direcionamento mais direto. Então é importante deixar isso aqui registrado. O deputado, com certeza, fará isso no momento adequado, com questão de ordem. Ele certamente comunicará a V. Exa. Quando V. Exa. concede à colega deputada a palavra pelo art. 164, fica difícil, porque o deputado falou, a deputada veio, contrapôs o deputado da forma que ela fez – não precisa nem repetir *ipsis litteris* –, e o deputado veio aqui e foi concedido de novo. Senão a gente vai ficar aqui, no art. 164, o dia inteiro. Quando eu falei aqui, e a colega deputada Beatriz disse que também fica... Se há uma coisa com a qual eu não tenho problema é pressa de ir embora; se há uma coisa pela qual eu sou apaixonado é o processo legislativo. Eu faço discussão aqui o dia inteiro, a noite inteira, a madrugada inteira, não tenho esse problema. Só que aí tem que saber sopesar até quando o art. 164 vai ser concedido, para observar se o deputado respondeu ou se não respondeu, se está respondendo ou se não está respondendo. Senão vou ficar aqui o dia inteiro, o tempo todo respondendo o art. 164, 164, 164. Por isso, presidente... Quero só ressaltar aqui, presidente, que quando eu disse do tempo jamais... A gente conhece, eu levei muito tempo para aprender a narrativa da esquerda, levei muito tempo para perceber como são sutis as falas. A deputada Beatriz Cerqueira fala: “Olha, aí, é a senhora presidente...” Ela tenta dizer porque é mulher. Eu não tenho esse problema, jamais tive esse problema na minha vida e jamais terei. Agora, a senhora está na função de presidente do Parlamento. E nessa função, nós temos o direito de questioná-la, e a senhora vai dar a decisão. Uma vez dada a decisão, está acatado, acabou. Mas não tem nada. Não adianta tentar forçar a barra – viu, deputada Beatriz? – dizendo que é porque é mulher. Não, não force a barra, não. Comigo isso não cola, não cola, absolutamente não cola. Eu acho que o deputado e a deputada que estão eleitos para o Parlamento estão em igual condição, foram eleitos, gozam das mesmas imunidades, gozam das mesmas prerrogativas. Não existe esse negócio: “Ah, porque é mulher, porque não é mulher!”. Uai! Aí a gente não vai chegar ao consenso nunca. Quero apenas deixar registrada a minha fala, presidente, para que a gente tenha um certo... A própria assessoria da Mesa, as nossas consultoras são preparadíssimas para saber até quando vai ficar no 164, 164, 164. Assim nós não vamos acabar nunca. Agora, se a senhora quiser, eu fico aqui o dia inteiro também, a noite inteira. Muito obrigado, presidente, pela paciência de V. Exa.

A presidenta – Obrigada. Queria esclarecer a V. Exa. que eu concedi, enquanto presidenta desta reunião, duas vezes a palavra pelo 164. Primeiro, ao deputado Betão – o PT foi citado –, e depois à deputada Bella, que também foi citada. As outras questões foram questões de ordem, que o Regimento permite.

Com a palavra, pela ordem, o deputado Doutor Jean.

O deputado Doutor Jean Freire – Presidenta, daqui a pouco alguém pode questionar também a gente chamá-la de presidenta. Com muito orgulho, presidenta, eu queria aqui parabenizar todas vocês. Não dá para eu falar “todos” neste momento, mas todas e todes que estão aí em cima. Olhem que cena! Eu queria que talvez terminasse aqui. Há 13 mulheres aí em cima, 13 mulheres. Eu pedi ao fotógrafo, brinquei com ele, falei: “Depois você coloca aí a autoria da foto, o meu nome aí na autoria da foto”. Parabéns! Isso é histórico. Hoje, 1º de março. A assessoria que lhe orientou foi de mulheres. Vocês não sabem a felicidade para mim, que com muito orgulho pauto essa questão no nosso mandato. Tenho uma assessoria temática de enfrentamento à violência contra as mulheres, e sou homem. Sou branco e tenho uma assessoria temática de defesa aos quilombos, a questão racial. Então mais que palavras, a imagem diz tudo. E essa imagem, em 1º de março, da Mesa e da assessoria, eu gostaria que ficasse registrada não só para o Estado de Minas Gerais, para o Brasil. Vocês, de uma certa maneira, foram atacadas, são atacadas no dia a dia. E eu, no 1º de março, o mês em

que rodo este estado muito, com essas pautas... Vocês não sabem da minha felicidade por essa assessoria fantástica! Parabéns a vocês. Parabéns pela orientação à presidenta. Parabéns a você, Bella. Parabéns, aguerrida deputada, que, com muita coragem... Não me esqueço da sua primeira fala ali. Com muita coragem, chegou aqui e assumiu a sua questão da sexualidade. Parabéns. Muitos têm covardia de tocar nesse tema, não é? Ver vocês 13 aí, agora... Daqui a pouco, alguém vai dizer que eu não posso dizer que há 13 mulheres – ou havia mais uma ali? –, mas eu fico muito feliz mesmo, e é uma foto que eu vou guardar com muito orgulho. Uma, duas, três, quatro, cinco, seis mulheres do nosso bloco, do nosso bloco. Então, eu não sei se mais alguém vai pedir pela ordem, mas esta reunião lava a minha alma quando, depois de ouvir tanta asneira, depois de tantas, como disse o deputado Betão, pílulas que são jogadas para as redes sociais, a gente vê essa foto aqui. Essa imagem diz tudo; essa imagem diz o caminho que nós devemos trilhar; essa imagem diz do Brasil da esperança. Encontrar essa semana com a nossa ministra – você nos levou Bella – da Igualdade Racial; encontrar com o Paulo Teixeira, o nosso ministro; encontrar com o ministro do Desenvolvimento Social, das Relações Institucionais... E pautamos tantas questões interessantes. Nós, desde segunda-feira, estamos trabalhando. Nosso bloco, Ulysses, desde segunda-feira, está trabalhando. De lá alguns participaram de maneira remota em reuniões, eu e você, porque acreditamos que, para um Brasil melhor, uma Minas Gerais melhor, quem está nos ouvindo do outro lado tem que ouvir e ver imagens como esta. Parabéns a vocês, deputadas aguerridas. Dia 1º de março, seis deputadas aí; 1º de março, uma assessoria só de mulheres. Parabéns. Muito obrigado.

A presidenta – Obrigada, Doutor Jean, muito obrigada. Eu queria publicamente agradecer às meninas que também estão aqui comigo. Acho que isso tem uma simbologia muito importante para o dia de hoje: a assessoria que está aqui também acompanhando. Muito obrigada. A Mesa tem ciência de que nós precisamos discutir a violência de gênero, a violência política. De fato é um assunto que a gente está disposta a encarar, a discutir para que a gente possa fazer com que nós, mulheres, que ocupamos a política não sejamos de fato silenciadas.

Encerramento

O presidente – A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos e encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a ordinária de amanhã, dia 2, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.



LEITURA DE COMUNICAÇÕES

LEITURA DE COMUNICAÇÕES

– A presidente deu ciência ao Plenário, na 11ª Reunião Ordinária da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 20ª Legislatura, em 2/3/2023, das comunicações apresentadas nesta reunião

pelo deputado Cássio Soares, líder do Bloco Minas em Frente, tornando sem efeito a cessão de vagas de suplente nas Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e de Agropecuária e Agroindústria; corrigindo a cessão de vagas da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo uma vaga de membro efetivo para o Bloco Democracia e Luta e uma vaga de membro efetivo para o Bloco Avança Minas; e retificando a comunicação para indicação de membros das comissões permanentes apresentada em 28 de fevereiro de 2023, exclusivamente para especificar a correlação entre efetivo e suplente, conforme descrito abaixo:

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Efetivo

Nayara Rocha
Rodrigo Lopes

Suplente

Gustavo Valadares
Enes Cândido
Carlos Henrique(*)

(*) Deputado Carlos Henrique será suplente da vaga cedida para o Bloco Avança Minas.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Efetivo	Suplente
Zé Guilherme	Gil Pereira
Rafael Martins	Cassio Soares
---	Carlos Henrique (*)

(*) Deputado Carlos Henrique será suplente da vaga cedida para o Bloco Avança Minas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Efetivo	Suplente
Arnaldo Silva	Chiara Biondini
Charles Santos	Carlos Henrique
Zé Laviola	Gustavo Valadares

COMISSÃO AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Efetivo	Suplente
Marli Ribeiro	Rodrigo Lopes
Lud Falcão	Douglas Melo
Dr. Maurício (*)	---

(*) Vaga de membro efetivo cedida pelo Bloco Democracia e Luta.

COMISSÃO ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Efetivo	Suplente
Carlos Henrique	Charles Santos
Rodrigo Lopes	Dr. Maurício

COMISSÃO DE CULTURA

Efetivo	Suplente
Mauro Tramonte	Chiara Biondini

COMISSÃO DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Efetivo	Suplente
Adriano Alvarenga	Nayara Rocha
Douglas Melo	Fábio Avelar
Eduardo Azevedo (*)	Marli Ribeiro(*)

(*) Vagas cedidas pelo Bloco Democracia e Luta.

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Efetivo	Suplente
Dr. Maurício	Zé Laviola
Grego da Fundação	Lud Falcão

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Efetivo	Suplente
----------------	-----------------

Vitório Júnior	Delegado Cristiano Xavier
Oscar Teixeira	Bim da Ambulância
Fábio Avelar (*)	Gustavo Valadares (*)

(*) Vagas cedidas pelo Bloco Avança Minas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Efetivo	Suplente
---	Ione Pinheiro(*)
---	Charles Santos(**)

(*) Suplente da vaga efetiva cedida para o Bloco Democracia e Luta.

(**) Suplente da vaga efetiva cedida para o Bloco Avança Minas.

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Efetivo	Suplente
Oscar Teixeira	Zé Guilherme
Fábio Avelar	Mauro Tramonte

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Efetivo	Suplente
Tito Torres	Adriano Alvarenga
Ione Pinheiro	Bim da Ambulância
Noraldino Júnior (*)	Cassio Soares (*)

(*)Vagas cedidas pelo Bloco Avança Minas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Efetivo	Suplente
Gil Pereira	Rafael Martins
Bim da Ambulância	Fábio Avelar
Adriano Alvarenga (*)	Vitório Júnior (*)

(*) Vagas cedidas pelo Bloco Avança Minas.

COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS

Efetivo	Suplente
Leandro Genaro	Doutor Wilson Batista
Marli Ribeiro	Chiara Biondini

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Efetivo	Suplente
Tito Torres	Cassio Soares
Zé Guilherme	Gustavo Valadares
Zé Laviola (*)	Rodrigo Lopes(*)
Enes Cândido (**)	Nayara Rocha(**)

(*) Vagas Cedidas pelo Bloco Avança Minas

(**) Vagas Cedidas pelo Bloco Democracia e Luta

COMISSÃO DE SAÚDE

Efetivo	Suplente
Arlen Santiago	Dr. Maurício
Doutor Wilson Batista	Chiara Biondini
Lud Falcão(*)	Grego da Fundação (*)

(*) Vagas cedidas pelo Bloco Avança Minas

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Efetivo	Suplente
Delegado Cristiano Xavier	Douglas Melo
Eduardo Azevedo	Vitório Junior

COMISSÃO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Efetivo	Suplente
Delegado Cristiano Xavier	Grego da Fundação
Nayara Rocha	Eduardo Azevedo

COMISSÃO TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Efetivo	Suplente
Charles Santos	Oscar Teixeira
---	*Cassio Soares

(*) Suplente da vaga de membro efetivo cedida para o Bloco Avança Minas.

(Ciente. Publique-se.)

pele deputado Gustavo Santana, líder do Bloco Avança Minas (2), tornando sem efeito a indicação do deputado Raul Belém como membro suplente na Comissão de Administração Pública; e retificando a comunicação para indicação de membros das comissões permanentes apresentada em 28 de fevereiro de 2023, exclusivamente para especificar a correlação entre efetivo e suplente, conforme descrito abaixo:

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Efetivo	Suplente
João Magalhães	Gustavo Santana
Sargento Rodrigues	Leonídio Bouças
Roberto Andrade (*)	Raul Belém (*)

(*) Vagas cedidas pelo Bloco Minas em Frente.

COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA

Efetivo	Suplente
Raul Belém	Bosco
Coronel Henrique	Bruno Engler

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Efetivo	Suplente
Alê Portela	Leonídio Bouças

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**Efetivo**
Bruno Engler
Thiago Cota**Suplente**
João Magalhães
Sargento Rodrigues**COMISSÃO DE CULTURA****Efetivo**
Bosco**Suplente**
Elismar Prado**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE****Efetivo**
Neilando Pimenta
Elismar Prado**Suplente**
Professor Wendel Mesquita
Caporezzo**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER****Efetivo**
Delegada Sheila
Alê Portela
Maria Clara Marra**Suplente**
Elismar Prado
Doutor Paulo
Neilando Pimenta**COMISSÃO DE DEFESA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA****Efetivo**
Professor Wendel Mesquita
Doutor Paulo**Suplente**
Maria Clara Marra
Raul Belém**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO****Efetivo**
Roberto Andrade**Suplente**
Raul Belém**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS****Efetivo**
Caporezzo
Bruno Engler**Suplente**
Coronel Sandro
Delegada Sheila**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA****Efetivo**
Coronel Sandro
Neilando Pimenta (*)**Suplente**
Bruno Engler

(*) Vaga cedida pelo Bloco Minas em Frente.

COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE**Efetivo**
Coronel Henrique
Leonídio Bouças**Suplente**
Doorgal Andrada
Professor Wendel Mesquita

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Efetivo	Suplente
Leonídio Bouças	Thiago Cota
Doorgal Andrada	Sargento Rodrigues
João Magalhaes (*)	---

(*) Vaga cedida pelo Bloco Minas em Frente.

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Efetivo	Suplente
Gustavo Santana	João Magalhães

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Efetivo	Suplente
Bosco	Gustavo Santana

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Efetivo	Suplente
Elismar Prado	Doorgal Andrada

COMISSÃO DE PREVENÇÃO AO USO DO CRACK E OUTRAS DROGAS

Efetivo	Suplente
Delegada Sheila	Doutor Paulo
Professor Wendel Mesquita	Caporezzo

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Efetivo	Suplente
Doorgal Andrada	João Magalhães

COMISSÃO DE SAÚDE

Efetivo	Suplente
Doutor Paulo	Neilando Pimenta

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Efetivo	Suplente
Sargento Rodrigues	Gustavo Santana
Coronel Sandro	Bruno Engler

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Efetivo	Suplente
Caporezzo	Elismar Prado

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Efetivo	Suplente
Thiago Cota	Neilando Pimenta

Gustavo Santana
Maria Clara Marra (*)

Alê Portela

(*) vaga cedida pelo Bloco Minas em Frente.

(Ciente. Publique-se.)

e pelo deputado Ulysses Gomes, líder do Bloco Democracia e Luta (2), tornando sem efeito as cessões de vagas de membro suplente nas Comissões de Agropecuária e Agroindústria e de Educação, Ciência e Tecnologia (Ciente. Publique-se.); e indicando o deputado Professor Cleiton para suplência do deputado Luizinho na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária (Ciente. Designo. Às comissões.).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 27/2/2023, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 2/3/2023, que nomeou Gabriela Mendonça de Novaes, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete da 1ª-Secretaria;

exonerando Isabel dos Anjos Leandro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Marquinho Lemos;

exonerando José Márlio Guimarães, padrão VL-50, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Zé Laviola;

exonerando Vicente Coimbra de Abreu Netto, padrão VL-47, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;

nomeando Adriano de Oliveira e Silva, padrão VL-29, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Andréa Cangussú André, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Averaldo Moreira Martins, padrão VL-27, 6 horas, com exercício no 3ª-Vice-Presidência;

nomeando Carlos Eduardo de Oliveira, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Carlos Henrique Cruz, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Gabinete da Comissão de Administração Pública;

nomeando Edson Rodrigues Gonçalves, padrão VL-29, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Idalino Rodrigues da Silva, padrão VL-22, 8 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Fábio Avelar;

nomeando Isabel dos Anjos Leandro, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando José Márlio Guimarães, padrão VL-50, 6 horas, com exercício no Bloco Minas em Frente;

nomeando Lhara Patrycia Santos Machado, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;

nomeando Licio Moreira Silva, padrão VL-30, 8 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Chiara Biondini;

nomeando Luiz Carlos Amaro Mamede, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Luiz Carlos Rafael, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Doorgal Andrada;

nomeando Maria Aparecida de Jesus, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Democracia e Luta;

nomeando Maria Cecília de Souza, padrão VL-36, 6 horas, com exercício na Presidência;

nomeando Maria do Carmo Lima, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Bim da Ambulância;
nomeando Maria Jueliz Pires Soares, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior;
nomeando Marluccio Cassio da Silva, padrão VL-29, 4 horas, com exercício na Presidência;
nomeando Rebeca Sâmela Mendes Terrinha, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Neilando Pimenta;
nomeando Renner José Faria Lima, padrão VL-41, 6 horas, com exercício na Presidência;
nomeando Rita Isabel Félix, padrão VL-20, 6 horas, com exercício no Gabinete da Liderança da Maioria;
nomeando Roberto de Mello Saada, padrão VL-56, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Noraldino Júnior.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 126/2022

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Seguros Sura S.A. Objeto: seguro de vida para até 200 participantes do Fundhab, com cobertura de até R\$ 210.000,00 para cada participante, por morte de qualquer natureza, sem interveniência de corretoras. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, com reajuste de preços. Vigência: 12 meses, contados da zero hora de 3/1/2023 às 24 horas de 2/1/2024.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 8/2023

Número no Siad: 9241687-3/2023

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Gesmaq Comércio e Serviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de manutenção (com remuneração por hora de serviço executado) com fornecimento de peças para os equipamentos de gráfica. Objeto do aditamento: terceira prorrogação, sem reajuste de preço. Vigência: 3/3/2023 a 2/3/2024. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001.3.3. 90 (10.1).

TERMO DE ADITAMENTO Nº 12/2023

Número no Siad: 9223974-5

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Atrium Empresa de Viagens e Turismo Ltda.-EPP. Objeto: prestação dos serviços de fornecimento de passagens aéreas nacionais e internacionais, incluindo volumes extras de bagagens, quando for o caso, de todas as companhias de transporte aéreo, incluindo reserva, emissão, remarcação, marcação de lugares, cancelamento e reembolso de bilhetes aéreos; serviço de hospedagem em hotel no território nacional e no exterior; contratação de seguro no caso de viagem ao exterior; locação de veículos na localidade de destino, com ou sem motorista, e com combustível e seguro total; traslados e recepção em aeroportos; e despachantes para solicitação de vistos. Objeto do aditamento: quarta prorrogação contratual, sem reajuste de preço. Vigência: de 19/3/2023 a 18/3/2024, inclusive. Dotação orçamentária: 1011.01.031.729.4239.0001-3.3.90 (10.1).



ERRATAS

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 1º/3/2023, na pág. 8, onde se lê:

“Cassiane Aparecida Peixoto”, leia-se:

“Cassiene Aparecida Peixoto”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/2/2023, na pág. 10, onde se lê:

“Marleia de Asis Oliveira”, leia-se:

“Marleia de Assis Oliveira”.

E, onde se lê:

“Rosana Miranda Borges Pedrosa”, leia-se:

“Rosana Borges Miranda Pedrosa”.

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 2/3/2023, na pág. 50, onde se lê:

“Amanda Stefany Fernandes”, leia-se:

“Amanda Stefany Fernandes de Souza”.